

Justiça urbana e políticas públicas de habitação em Madrid

Uma análise da abordagem das Capacidades

Catálogo

Exposição desenvolvida pela Grupo de investigação URBS, Madrid, novembro de 2024

Edición

Paz Núñez Martí

Roberto Goycoolea Prado

Versão portuguesa

Ana Cuhna

Maria Neto



Catálogo

Exposição

Justiça urbana e políticas públicas de habitação em Madrid. Uma análise a partir da abordagem das Capacidades.

Exposição desenvolvida para o Congresso Internacional Filosofia da Cidade, realizado em Madrid, de 2 a 4 de outubro de 2024, no Instituto de Filosofía del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, IFS-CSIC.
<https://www.potcrg.org/conference>

Projeto de investigação

URBS. A Cidade Justa: Exclusão, Pertença e Bens Comuns numa Perspetiva Urbana das Teorias da Justiça, Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, Espanha, PID2020-120021GB-I00:
MICIN/AEI/10.13039/501100011033.
<https://www.urbs-phil.com/>

Divulgação da exposição

A exposição é composta por 25 DIN-AI. Pode ser solicitado gratuitamente aos autores em cópia física (apenas em Espanha) ou como ficheiro de alta definição para impressão.

p.nunhez@gmail.com

Edição

1ª Edição: novembro2024

Editores

Paz Núñez Martí
Roberto Goycoolea Prado

Editrial

PNM, Madrid

Edição portuguesa

A edição portuguesa do catálogo foi realizada no âmbito da programação do Outubro Urbano da ONU-Habitat, aquando da apresentação da exposição na Câmara Municipal do Fundão (CMF) e na Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal, no outono de 2025.

Tradução para português

Ana Cunha, CMF
María Neto, UBI

Diseño gráfico / Graphic design

Beatriz Brugarolas Núñez (Exposición)
Roberto Goycoolea Prado (Catálogo)

© Los autores, 2024

© PNM, 2024

Depósito Legal: M-26996-2024

DOI: [10.5281/zenodo.17397375](https://doi.org/10.5281/zenodo.17397375)

[Catálogo](#) © 2024 by [URBS](#)

is licensed under [CC BY-NC-ND 4.0](#)



Justiça urbana e políticas públicas de habitação em Madrid

Uma análise da abordagem das Capacidades

Ao longo do século XX, as políticas de habitação conseguiram reduzir o défice habitacional de Madrid, mas perpetuaram as desigualdades e as exclusões ao centrarem-se na provisão de habitação e não numa distribuição equitativa de oportunidades, contribuindo para o facto de Madrid ser hoje uma das cidades europeias com maior segregação socioespacial.

Esta exposição desenvolve esta tese em três partes:

- a. Introdução aos fundamentos da justiça urbana.
- b. Resumo das políticas públicas de habitação implementadas em Madrid.
- c. Análise destas políticas na perspetiva das capacidades e do seu impacto na realização da justiça urbana.

URBS / 2024

JUSTIÇA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID

Uma revisão da abordagem das capacidades

Índice

1	<u>Esboço biográfico dos autores da exposição,</u>	5
2	<u>Justiça urbana: a cidade e o desenvolvimento das capacidades humanas.</u> Francisco Colom González	7
3	<u>Para uma Avaliação Abrangente das Políticas Públicas de Habitação.</u> Paz Núñez Martí; Roberto Goycoolea Prado	10
4	<u>O desafio de mapear as capacidades humanas em ambientes urbanos.</u> Ismael G. Redondo	14
5	<u>Versão portuguesa da exposição</u>	17
6	<u>Mapa dos distritos de Madrid</u>	43
7	<u>Referências bibliográficas</u>	63
8	<u>Cartografia original</u>	67

1

Esboço biográfico dos autores da exposição

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

Biografia dos Participantes

Investigadores



Paz Núñez Martí

paz.nunhez@uah.es
<https://orcid.org/0000-0002-9986-0216>
<https://portalcientifico.uah.es/investigadores/151002/detalle>

Dr. Arquitecto. Técnico Especialista em Recuperação e Reabilitação do Património e Cooperação para o Desenvolvimento. Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Alcalá. Assessor Técnico da Câmara Municipal de Madrid para o assentamento informal de Cañada Real (2015-2019). Realiza projetos de arquitetura, urbanismo e investigação aplicada sobre justiça espacial, planeamento urbano e cidadania a partir de várias plataformas cívicas com impacto político em Madrid.



Roberto Goycoolea Prado

roberto.goycoolea@uah.es
<https://orcid.org/0000-0003-2997-0695>
<https://portalcientifico.uah.es/investigadores/150647/detalle>

Arquitecto Doutorado, Professor de Análise das Formas Arquitetónicas, U. de Alcalá, Madrid. Atualmente leciona nas licenciaturas e doutoramentos de Arquitetura e Turismo, no Mestrado em Cidades e Territórios Criativos (URJC) e coordena a linha ODS do Mestrado em Arquitetura da UAH. Tem realizado projetos de arquitetura, ensino e investigação focados na perceção e utilização do espaço habitacional em vários países da Europa, América e África.



Francisco Colom González

f.colom@csic.es
<https://orcid.org/0000-0002-7812-4535>
<https://www.ilc.csic.es/es/personal/francisco-colum-gonzalez>

Professor Investigador no Instituto de Filosofia do CSIC. A sua investigação tem-se centrado nas transformações culturais da modernidade e no seu impacto nas identidades e ideologias dos atores sociais. Nos últimos anos, tem voltado a sua atenção para o exame dos espaços políticos e para a formulação de um quadro teórico para o estudo da cidade.



Ana López Sala

ana.lsalas@cchs.csic.es
<https://orcid.org/0000-0003-2756-7042>
<https://cchs.csic.es/es/personal/ana-ma-lopez-sala>

Doutorada em Sociologia e Investigadora Científica no Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Conselho Nacional de Investigação de Espanha, CSIC. Os seus interesses de investigação têm-se centrado em políticas de controlo migratório, migrações e fronteiras, fronteiras internas e imigração irregular, ativismo migratório e trabalhadores com estatutos legais precários

Cartografia e documentação



Ismael G. Redondo

ismaredondogarcia@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-7473-777X>

Arquiteto pela Universidade de Alcalá de Henares, desde 2023, Investigador do coletivo Madrid Borde Sur, onde desenvolve trabalho e reflexão sobre o ambiente urbano de Madrid, participando desde 2019 em vários projetos como Bit-Box Platforms juntamente com a empresa ESCOFET num projeto para a Universidade Rey Juan Carlos, sendo selecionado para os "Livros de Resumo" do projeto de Planeamento de Proximidade da Universidade Politécnica de Madrid.

Design gráfico



Beatriz Brugarolas Núñez

beatrizbrugarolas@gmail.com
<https://beatrizbrugarolas.com/>

Designer gráfico e consultor SEO. Trabalha desde 2019 com o objetivo de que a comunicação possa ser um instrumento de transformação e conexão social.

2

Justiça urbana: a cidade e o desenvolvimento das capacidades humanas

Francisco Colom González

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC, Espanha

JUSTIÇA URBANA: A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES HUMANAS

Francisco Colom González

O projeto de pesquisa, URBS The Fair City: Exclusion, Belonging and Commons from an Urban Perspective of Justice Theories (PID2020-120021GB-I00: MICIN/AEI/10.13039/501100011033), propõe uma abordagem filosófica para avaliar políticas públicas voltadas para o ambiente construído. Esse tipo de abordagem envolve pesquisas teóricas e práticas sobre os princípios que regulam o que chamamos de justiça urbana, ou seja, a qualidade das condições materiais de vida e das relações sociais nas cidades. A condição urbana tornou-se um horizonte incontornável da vida moderna e tem impacto na existência da maioria da população mundial, tendência que se espera que continue a aumentar ao longo do século XXI. As cidades são, portanto, um ambiente de primeira ordem para a justiça, uma vez que a organização dos espaços urbanos está intimamente ligada às desigualdades sociais.

Os espaços que habitamos compõem os tipos de vidas que podemos levar, pois proporcionam diferentes graus de acesso a múltiplos bens e recursos. Os desequilíbrios territoriais em termos de equipamentos urbanos e padrões de assentamento muitas vezes resultam em acesso desigual a direitos e benefícios formalmente consagrados em constituições estatais e tratados internacionais. O fracasso neste sentido equivale a reproduzir e agravar a vulnerabilidade social, o que reforça a sobreposição de adversidades como a pobreza, o desenraizamento e a segregação. As cidades são, portanto, uma fonte frequente de injustiça, mas também podem ser um veículo para promover a justiça social se a sua estrutura e os seus recursos forem geridos

tendo em conta as necessidades dos seus habitantes.

O desenvolvimento urbano equilibrado, a acessibilidade física e funcional aos edifícios e espaços públicos, as políticas ambientais, a regulamentação da habitação, a mobilidade, as instalações e infraestruturas, etc. são fatores que afetam a qualidade de vida nas cidades. As estruturas urbanas, em suma, facilitam ou inibem o desenvolvimento das nossas capacidades pessoais. A justiça urbana refere-se precisamente à dimensão espacial das relações sociais e à sua materialização na cidade. Mais especificamente, a justiça urbana deve ser buscada na relação funcional entre as características socioespaciais do ambiente construído, as capacidades individuais e coletivas necessárias para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas cidades e a criação de espaços para viver e prosperar como seres humanos.

O chamado direito à cidade aborda o facto de que muitos bens sociais têm um carácter intrinsecamente urbano e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de certas capacidades humanas. Envolve uma ampla gama de fatores tangíveis e intangíveis, como a habitabilidade do espaço urbano, a sua funcionalidade, a promoção de oportunidades sociais e vínculos comunitários, ou mesmo a possibilidade de estabelecer algum tipo de ligação emocional ou estética com o ambiente construído. Na medida em que implica direitos e capacidades, qualquer debate sobre justiça urbana deve assumir uma perspectiva que ligue o habitat urbano às competências dos seus habitantes para viverem uma vida digna.

JUSTIÇA URBANA: A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES HUMANAS

Francisco Colom González

Portanto, esse panorama seria incompleto se, além de normas e direitos, não levasse em conta o modo como a mobilidade e a espacialização dos recursos sociais afetam a capacidade dos indivíduos de desenvolver os seus projetos de vida.

Uma abordagem espacial da qualidade das cidades deve abordar não só a estrutura urbana, mas também a agência social, ou seja, a capacidade de indivíduos ou grupos escolherem e agirem autonomamente, tomarem decisões e influenciarem o seu ambiente e contexto social. Esta capacidade de ação realiza-se sempre dentro de certos quadros materiais e imateriais que poderíamos qualificar como estruturas de oportunidade, isto é, as condições que tornam possíveis tais escolhas individuais. A justiça urbana concebida na perspetiva das capacidades baseia-se naquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, nos meios que a cidade lhes oferece para se desenvolverem e alcançarem livremente a sua plenitude vital. Nessa perspetiva, a qualidade de vida é concebida em termos de desenvolvimento humano, não apenas em termos de renda ou consumo. A tradução de recursos e receitas em capacidades é mediada por uma vasta gama de fatores de conversão, ou seja, os elementos que fazem a mediação entre um recurso ou bem e a consecução de determinados fins. À primeira vista, as condições em que as pessoas são livres de escolher um determinado modo de vida parecem depender do nível de rendimentos, mas há muitos outros elementos em jogo, tais como

as barreiras sociais, o acesso à saúde e à educação, a esperança de vida, etc., todos eles ligados de formas diferentes às estruturas sociais e materiais em que os indivíduos vivem. Neste sentido, os ambientes urbanos funcionais contribuem para reforçar as capacidades humanas e facilitam a sua conversão em liberdades reais. Por exemplo, as funções humanas relacionadas com a saúde ou a integridade física requerem instalações sanitárias e um certo grau de segurança pessoal e coletiva para poderem ser exercidas. Do mesmo modo, a utilização das oportunidades sociais oferecidas pelas cidades depende da possibilidade de acesso a meios educativos e recreativos.

No entanto, há uma certa hierarquia na importância de todos estes elementos como fatores de conversão das capacidades humanas. Embora as infraestruturas sociais e materiais sejam importantes, o acesso à habitação é crucial para a justiça urbana. Uma habitação adequada promove uma sensação básica de segurança, privacidade e enraizamento, e também permite o acesso a outros recursos, como educação, saúde, emprego e lazer. As componentes funcionais e estéticas da casa estão absolutamente dependentes da sua disponibilidade e acessibilidade. Por esta razão, a conversão do mercado no único motor do desenvolvimento urbano é uma das maiores ameaças à habitação como direito básico dos cidadãos e como instrumento de desenvolvimento das capacidades humanas.

3

Para uma avaliação mais abrangente das políticas públicas de habitação

Paz Núñez-Martí
Roberto Goycoolea-Prado
Universidad de Alcalá, Madrid, España

PARA UMA AVALIAÇÃO MAIS ABRANGENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

Paz Núñez Martí / Roberto Goycoolea Prado

O conceito de "capacidades", que Amartya Sen introduziu e lhe valeu o Prémio Nobel da Economia em 1998, baseia-se na ideia de que o bem-estar não deve ser medido apenas pelo rendimento ou pelo consumo, mas pelas oportunidades reais que as pessoas têm para fazer coisas que valorizam e que lhes permitem realizar o seu potencial. Esta perspetiva afasta-se das conceções tradicionais de bem-estar, que se centram em indicadores meramente quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB) ou o nível de rendimento, e centra-se na importância das condições que permitem aos indivíduos funcionar plenamente na sociedade.

A abordagem das capacidades é, em termos práticos, a base de muitas iniciativas e quadros para medir o desenvolvimento humano utilizados por organizações internacionais como a ONU. Em vez de simplesmente medir o bem-estar em termos de renda, Sen propõe que dimensões mais amplas sejam consideradas, como saúde, educação, participação social, liberdade pessoal e a possibilidade de se realizar como indivíduo dentro de uma comunidade. Esta abordagem reconhece que o bem-estar de uma pessoa depende não só dos recursos materiais que possui, mas da capacidade efetiva de os utilizar e aceder, o que implica uma integração mais profunda com o seu ambiente social e físico.

Embora figuras proeminentes como Martha Nussbaum tenham proposto listas detalhadas das capacidades humanas essenciais para alcançar uma vida plena, uma das áreas que tem recebido menos atenção no debate teórico e prático tem sido o papel do ambiente físico, e em particular do habitat urbano, na criação e

desenvolvimento dessas capacidades. A cidade, o lugar onde a maioria das pessoas vive, trabalha e interage, é um espaço fundamental que pode melhorar ou limitar as oportunidades para os indivíduos exercerem plenamente as suas capacidades. Nesse sentido, a justiça urbana torna-se um conceito fundamental, pois refere-se à distribuição equitativa de recursos e oportunidades dentro do ambiente urbano, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às condições necessárias para se desenvolverem de forma integral.

Uma componente central da justiça urbana é o acesso à habitação. A habitação não é apenas um bem material essencial, mas atua como um fator que influencia profundamente a capacidade das pessoas participarem ativamente na sociedade. Uma casa adequada, que ofereça segurança, privacidade e um ambiente propício à vida familiar e pessoal, é um veículo fundamental para o bem-estar individual e coletivo. Além disso, a localização da habitação, o seu acesso aos serviços públicos, a sua proximidade dos locais de trabalho, a educação e a saúde, e o ambiente urbano em geral, são fatores que determinam significativamente as oportunidades de acesso das pessoas a uma boa qualidade de vida.

Na história de Madrid, as políticas de habitação social tiveram um impacto significativo na estrutura territorial e nas possibilidades de acesso da população aos recursos essenciais. No entanto, muitas destas políticas não conseguiram cumprir o seu objetivo de reequilibrar a distribuição da população e de gerar

PARA UMA AVALIAÇÃO MAIS ABRANGENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

Paz Núñez Martí / Roberto Goycoolea Prado

as capacidades humanas, mas em muitos casos perpetuaram ou mesmo exacerbaram as desigualdades sociais. Neste sentido, esta exposição pretende analisar de que forma as políticas de habitação social em Madrid, ao longo das décadas, influenciaram a criação de capacidades para os seus habitantes e como o seu fracasso em resolver os desequilíbrios territoriais afetou o desenvolvimento dessas capacidades.

A análise baseia-se numa série de indicadores que permitem medir objectivamente o impacto destas políticas. Os indicadores utilizados incluem a desigualdade de rendimentos, a localização da habitação em relação aos centros de trabalho e serviços, o acesso a instalações e serviços básicos (educação, saúde, transportes públicos, etc.), a mobilidade social e geográfica, a sobrelotação e as condições e modos de vida que ocorrem em diferentes contextos urbanos. Estes indicadores são essenciais para compreender como as políticas públicas influenciaram a distribuição do bem-estar na cidade e como estas políticas favoreceram ou limitaram o desenvolvimento das capacidades humanas dos indivíduos.

A nossa preocupação com a operacionalidade da noção de justiça urbana na prática urbana tem como base teórica e prática três grupos de atividades desenvolvidas pelos autores:

- a. Vários trabalhos de investigação e académicos dirigidos a temas relacionados com a justiça urbana e a participação no projeto de investigação apresentado por Francisco Colom na secção anterior deste catálogo.
- b. A direção no Mestrado em Arquitetura da Universidade de Alcalá de um itinerário que, tentando superar a visão formalista do desenho urbano, tem desenvolvido instrumentos analíticos e projetos que visam alcançar uma maior justiça urbana através de uma aplicação abrangente da Agenda 2030.
- c. Participação no processo de definição dos indicadores em que se basearia o Plano de Reequilíbrio Territorial desenvolvido pela administração de Ahora Madrid e pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Madrid, com Manuela Carmena como presidente da Câmara (2015-2019). A nossa contribuição centrou-se especialmente na definição dos indicadores de habitabilidade básica, ou seja, o mínimo aceitável para ter condições de vida que possam ser consideradas socialmente dignas. Indicadores que aplicámos para diagnóstico e tomada de decisão do Comissário para Cañada Real Galiana, do qual P. Núñez Martí foi responsável técnico.

Através de uma série de mapas, gráficos, fotografias e análises qualitativas, a exposição apresenta uma visão crítica de como as decisões de planeamento urbano e as políticas de habitação social em Madrid contribuíram para a geração ou perpetuação de desigualdades. Argumenta-se que a falta de uma estratégia coerente e equitativa na distribuição da habitação e dos recursos urbanos tem tido efeitos profundos na capacidade das pessoas de acederem a oportunidades que lhes permitam

PARA UMA AVALIAÇÃO MAIS ABRANGENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

Paz Núñez Martí / Roberto Goycoolea Prado

realizar o seu potencial. Isto traduz-se numa maior exclusão social e na consolidação de áreas marginalizadas, que dificultam a mobilidade social e a participação na vida pública.

A análise proposta oferece uma análise retrospectiva das políticas de habitação em Madrid, mas também levanta questões sobre o futuro. Como pode a cidade de Madrid, e outras cidades semelhantes, repensar as suas políticas de habitação para garantir um desenvolvimento mais justo e equitativo? Como podem as políticas urbanas contribuir para a geração de capacidades para todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou situação económica? Estas são questões fundamentais que devem ser abordadas para avançar no sentido de uma cidade mais inclusiva e justa, que permita a todos os seus habitantes alcançar uma melhor qualidade de vida.

Em resumo, esta exposição examina o papel crucial da habitação e do habitat urbano na construção das capacidades humanas. Através de um mapeamento e representação de dados precisos sobre aspetos como localização da habitação, acesso a serviços, desigualdade de renda e condições de vida, as áreas mais desfavorecidas e as dinâmicas que perpetuam as desigualdades sociais e espaciais podem ser identificadas.

Este tipo de análise não só revela os impactos históricos das decisões de planeamento urbano, como também oferece uma base crítica para refletir sobre possíveis soluções para reequilibrar o território e melhorar as capacidades humanas dos habitantes, promovendo uma cidade mais inclusiva e justa.

4

O desafío de mapear as capacidades humanas em ambientes urbanos

Ismael G. Redondo

Madrid Borde Sur

O DESAFIO DE MAPEAR AS CAPACIDADES HUMANAS EM AMBIENTES URBANOS

Ismael G. Redondo

Neste trabalho, são apresentados dois tipos de cartografias, sendo a segunda uma contribuição significativa da pesquisa realizada. Há uma cartografia cujo objetivo é informar sobre o efeito das políticas públicas de habitação no espaço urbano e outra, de natureza mais proativa, que investiga, através de ferramentas cartográficas, as consequências dessas políticas nas capacidades dos cidadãos. A elaboração desta cartografia crítica não foi fácil porque não há informação concreta ou segregada sobre as capacidades das pessoas; Este é o principal desafio na realização de análises gerais sobre o impacto das decisões urbanas na vida das pessoas. Embora exista uma grande quantidade de dados quantitativos sobre questões gerais e específicas, os dados qualitativos, e ainda mais aqueles que afetam diretamente as pessoas, são mais difíceis de definir.

Nesse sentido, uma das principais tarefas da pesquisa foi definir, com base nos dados existentes, os indicadores que permitissem expressar, ainda que de forma geral, o impacto das políticas públicas de habitação sobre as pessoas. Hoje sabemos que ainda há muito a fazer, mas também que esta primeira abordagem contribui para a definição dos indicadores necessários ao aprofundamento destas análises.

No nosso caso, a elaboração das cartografias mais explicativas não apresentou grandes dificuldades; No entanto, a representação do impacto nas capacidades individuais e coletivas exigiu um trabalho de tentativa e erro por parte de toda a equipa de investigação. Insistimos em que se trata de um trabalho em constante evolução, que deve

continuar a ser desenvolvido, uma vez que a visão da cidade numa perspectiva da teoria da justiça obriga-nos a reconsiderar os dados sob outro ângulo.

Em termos concretos, o desenvolvimento dos dados apresentados na exposição foi realizado utilizando sistemas de informação de código aberto, que permitem que o software seja acessado, modificado e distribuído de acordo com as necessidades dos utilizadores, favorecendo a colaboração e a transparência, e promovendo a contribuição contínua das comunidades de programadores para a melhoria do software. Do ponto de vista técnico, estes sistemas facilitam a representação de dados estatísticos, numéricos e precisos em regiões vetoriais associadas à informação geográfica. A equipa de desenvolvimento do QGIS, "APHIC Information System", Open Source Geospatial Foundation Project, 2023, foi utilizada na investigação. A leitura dos dados tem um primeiro processo de processamento e filtragem das matrizes de dados disponíveis em várias fontes. À semelhança da forma como a informação é filtrada em pares, os dados utilizados foram processados seguindo uma série de princípios que garantem as seguintes condições: Acessibilidade dos dados, Facilidade de compreensão, Amostragem eficaz ou representação em escala, Representação intuitiva e Tradução direta. Especificamente, nesta pesquisa os principais portais para obtenção de dados foram: a seção de Cadastro de imóveis do Escritório Eletrônico de Cadastro, a seção "Levantamento de Características da População e Habitação"

O DESAFIO DE MAPEAR AS CAPACIDADES HUMANAS EM AMBIENTES URBANOS

Ismael G. Redondo

o Instituto Nacional de Estatística e os portais de dados abertos do Governo de Espanha, da Câmara Municipal de Madrid e do Instituto de Estatística da Comunidade Autónoma de Madrid. Além dos dados que poderiam ser tratados de forma automatizada, embora através de processos de padronização, os dados manuais foram extraídos de várias fontes, a fim de gerar um contexto adequado. Entre estas, destacam-se as informações obtidas a partir do Atlas da Habitação Pública. Madrid 1940-2010 (L. Moya; C. Fernández; F. Escamilla, Ediciones Asimétricas, 2010), bem como os dados extraídos manualmente através de uma filtragem massiva dos principais portais imobiliários, cujos registos são mantidos (Idealista e Fotocasa).

Embora as informações obtidas tenham sido baseadas em dados públicos, houve problemas de acesso às informações cadastrais, amostras de precisão superior à escala distrital ou de bairro e dificuldades na atualização dos dados. Assim, após o desenvolvimento das matrizes de dados que atendiam às condições ou princípios estabelecidos, a decisão de utilizá-los baseou-se nas seguintes regras:

- a. Facilidade de atualização, para garantir que o estudo e as bases do projeto possam ser replicados no futuro, permitindo também medir a mudança e o desenvolvimento.
- b. História ou desenvolvimento, garantindo a existência de dados pelo menos cinco anos antes da amostra utilizada.
- c. Relevância, garantindo que os dados suportaram ou contrastaram as informações apresentadas na tese.

Seguindo estes princípios, foram desenvolvidos os diferentes tipos de cartografia apresentados na exposição. O capítulo VII deste catálogo enumera os mapas individualmente, explicando as fontes e características de cada um. Na própria exposição, são utilizados para dar expressão espacial às diferentes análises realizadas.

A cartografia desenvolvida não só permitiu representar graficamente, com todas as vantagens que isso implica em termos de clareza e imediatismo, os enormes desequilíbrios territoriais de Madrid, como se tornou um instrumento útil para a análise das políticas públicas de habitação do ponto de vista das capacidades.

Queremos destacar a importância da especialização da informação urbana, que muitas vezes é apresentada em relatórios e dados estatísticos nos quais é difícil discernir a sua manifestação espacial. Isto é essencial para compreender as consequências e a profundidade dos desequilíbrios territoriais e o seu impacto na consecução de maiores níveis de justiça urbana. Considerando essencial trazer dados estatísticos para o nível físico na tomada de decisões, de modo a contextualizar as políticas no ambiente urbano, de modo a permitir o desenvolvimento de decisões, baseadas em problemas diretamente ligados à magnitude territorial em que existem.

5

EXPOSIÇÃO

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

Uma revisão da abordagem das capacidades

Versão portuguesa

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

Uma revisão da abordagem das capacidades

Esta exposição insere-se no Projeto de I+D+i da URBS "A Cidade Justa: Exclusão, Pertença e Bens Comuns numa Perspetiva Urbana das Teorias da Justiça", PID2020-120021GB-I00, Programa Estadual de Promoção da Investigação Científica e Técnica de Excelência, 2021-2025.

Este projeto explora a ideia de justiça em contextos urbanos. Entende que, a fim de abordar os problemas regulamentares relacionados com a desigualdade e a exclusão social, Quadros urbanos: é necessária uma perspectiva sobre a justiça que não só tenha em conta a estrutura urbana e a conflitos distributivos nas cidades, mas também agência coletiva e desenvolvimento das capacidades humanas.

Investigação

Paz Núñez Martí, U. de Alcalá (UAH)
Roberto Goycoolea Prado, UAH
Francisco Colom Gonzalez, CSIC
Ana López Sala, CSIC

Infografias e documentação

Ismael G. Redondo, Madrid Borde Sur

Desenho

Beatriz Brugarolas Núñez

Tradução

Ana Cunha, Maria Neto.

Web

URBS

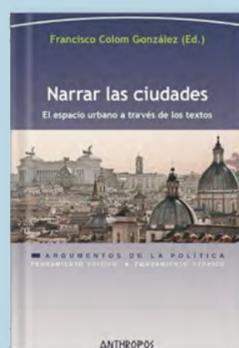
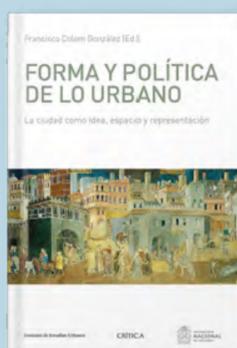
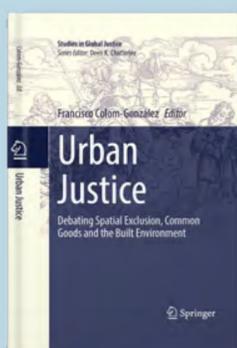


BIO equipo

English version



Livros da Equipa de Investigação sobre Justiça Urbana



Desigualdades Urbanas e Políticas de Habitação

O urbanismo tradicional entende a justiça como a distribuição equitativa dos recursos. A abordagem de capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum estuda como esses recursos podem expandir as oportunidades das pessoas de desenvolver projetos de vida autónomos. A justiça urbana visa fomentar e preservar a equidade nas relações sociais e nas condições materiais das cidades, através do fortalecimento das capacidades humanas. Ter um lugar digno para viver é a base para o desenvolvimento de capacidades, e é tarefa das políticas públicas de habitação garantir o acesso universal a habitação segura e acessível.

Ao longo do século XX, as políticas de habitação conseguiram reduzir o défice habitacional de Madrid, mas perpetuaram desigualdades e exclusões centrando-se na oferta de habitação e não numa distribuição equitativa de oportunidades, contribuindo para que Madrid seja hoje uma das cidades europeias com maior segregação socioespacial.

Esta exposição desenvolve esta tese em três partes:

1. Introdução aos conceitos básicos de justiça urbana.
2. Resumo das políticas públicas de habitação implementadas em Madrid.
3. Análise destas políticas na perspetiva das capacidades e do seu impacto na realização da justiça urbana.

“A abordagem das capacidades centra-se na liberdade positiva: a liberdade real que as pessoas gostam de fazer e ser o que têm razões para valorizar.”

Amartya Sen, Desarrollo y Libertad, 1999



Habitação em construção, Real Institución Cooperativa para Funcionarios del Estado, Provincia y Municipio, c/ Padilla, 76-82, Madrid.

Foto: E. Ferrés y L. Liadó, H. 1920-30. Simurg. Fondo digital del CSIC.

Desequilíbrio territorial em Madrid

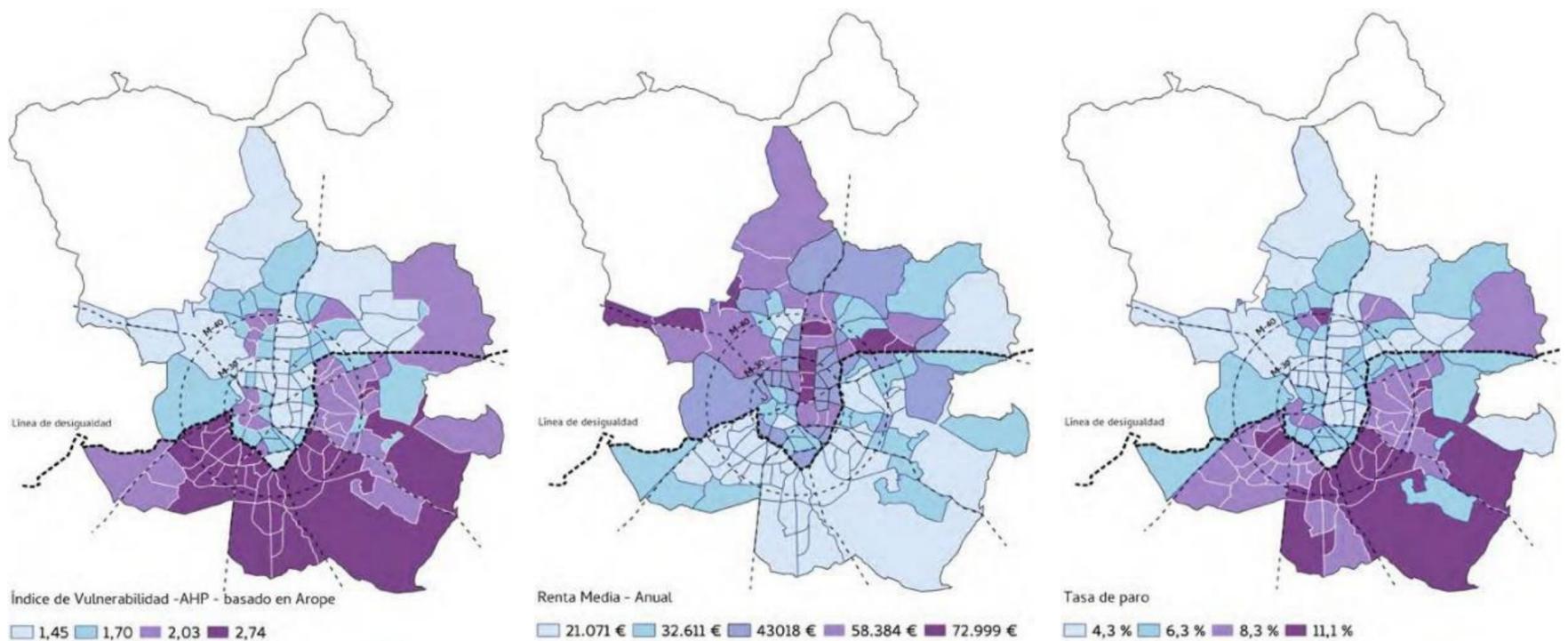
Madrid é uma região próspera (117% PIB/pc UE27), mas a prosperidade não está distribuída de forma equitativa. O espaço reflete as desigualdades: os distritos do norte apresentam níveis mais altos de renda e serviços, enquanto os do sul enfrentam desafios socioeconómicos significativos. Nas últimas décadas, a gentrificação e o turismo acentuaram a deslocalização periférica de moradores de baixa renda, exacerbando a segregação socioespacial.

As causas destes desequilíbrios são múltiplas e têm raízes históricas. Esta exposição explora o papel das Políticas Públicas de Habitação nesta situação. Embora essas políticas tenham reduzido o défice habitacional e conseguido melhorar as condições de vida, devido à sua conceção e concretização, geraram problemas imprevistos para os legisladores:

- **Problemas gerais:** especulação imobiliária, deterioração do sistema público de arrendamento devido a uma abordagem de propriedade; segregação espacial; desigualdade de oportunidades em função da disponibilidade de equipamentos e serviços, entre outros.
- **Problemas individuais:** imposição de modos de vida; dependência diária dos transportes, estigmatização social, desigualdade nas oportunidades que a cidade oferece para desenvolver as capacidades individuais.

“A falta de habitação social, que é muito elevada em Madrid, fez com que vivêssemos separados: os ricos num lugar e os pobres noutra. Não há mistura (...) Tudo de bom, grandes negócios, trabalho, universidades privadas, vai para o norte. A sul vão as estações de tratamento ou o incinerador”

Daniel Sorando, Madrid rico, Madrid pobre, 2022



AROPE, um índice da UE que mede o risco de indivíduos, comunidades e sistemas caírem na pobreza, excluírem ou sofrerem danos devido a vários fatores. Em Madrid, as diferenças de vulnerabilidade entre bairros são significativas, definindo uma linha de desigualdade socioespacial.

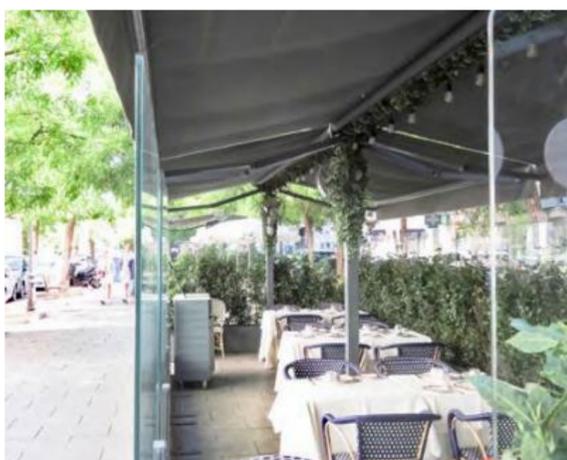
Fonte: Relatório AROPE 2022 AROPE

O rendimento médio anual mediano em Madrid foi de 20.284 euros em 2022. Em Chamartín, 51% da população ultrapassa 200% desse número; em Usera, 55% não atingem os 60% (12.170 €), o que é um risco de pobreza relativa, refletindo uma forte segregação económica entre distritos.

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida, 2022.

A coincidência entre distritos com maiores níveis de vulnerabilidade, menores rendimentos e menor empregabilidade sugere que as políticas de redistribuição não conseguiram inverter as desigualdades, acentuando o risco de exclusão social e perpetuando a segregação socioespacial.

Fonte: INE, desemprego e taxas de emprego, 2023.



Terraço de um bairro de alta renda, Ibiza, ar-condicionado, insonorizado, decorado.

Foto: R. Goycoolea, 2024.



Terraço de um bairro de renda média, Arganzuela, à sombra e numa rua de pedestres.

Foto: R. Goycoolea, 2024.



Terraço de um bairro de baixa renda, Usera, sem condições, estreito e adjacente à rua.

Foto: R. Goycoolea, 2024.

I. Justiça urbana. Um novo olhar sobre a cidade e o seu planeamento

“O planeamento urbano deve aspirar a ser um instrumento de redistribuição espacial que combata a segregação e promova a inclusão social, gerando condições equitativas de acesso aos recursos e serviços urbanos.”

Susan Fainstein, Planificación, Justicia y Ciudad, 2017.



Foto: Silo da Huerta de la Salud com habitação social ao fundo, c. 1980. Fonte: Cort. AAVR, Associação de Moradores de Villa Rosa, Hortaleza.

21



I. I. Enfoque nas capacidades

Proposta por Amartya Sen e ampliada por Martha Nussbaum, a abordagem das capacidades propõe um novo olhar sobre o bem-estar social. Centra-se nas competências e oportunidades reais das pessoas para realizarem projetos de vida de forma livre e autónoma. Esta abordagem vai além de simplesmente considerar a renda ou a riqueza como indicadores de bem-estar, perguntando: *O que cada pessoa pode realmente fazer e ser?*

De acordo com Susan Fainstein, focar nas capacidades envolve garantir que os ambientes urbanos forneçam os recursos materiais e sociais necessários para que todos os habitantes desenvolvam plenamente suas capacidades. Isso inclui melhorar a habitabilidade, a sustentabilidade e o acesso a serviços que promovam oportunidades econômicas e conexões sociais, bem como promover a vitalidade da comunidade e um senso de pertencimento. A abordagem destes aspetos exige intervenções públicas eficazes.

Esta exposição defende que a justiça urbana deve considerar a natureza multiescalar dos bens sociais, traduzindo as várias formas de distribuição e reconhecimento em remédios eficazes para a autonomia humana em ambientes urbanos.

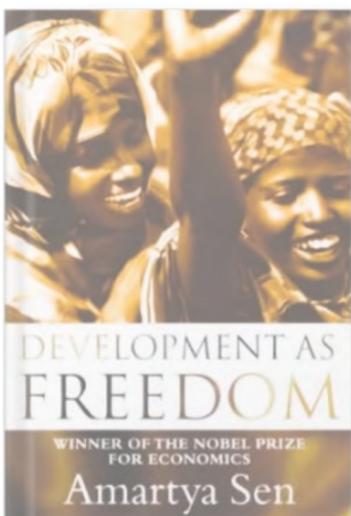


A inovação de M. Nussbaum reside em concentrar o bem-estar na posse de recursos económicos (PIB) nas oportunidades reais que temos para nos desenvolvermos. Prioriza o desenvolvimento humano integral, reconhecendo a diversidade de necessidades e condições para alcançar a justiça social. *Esboço: P. Núñez, 2024*

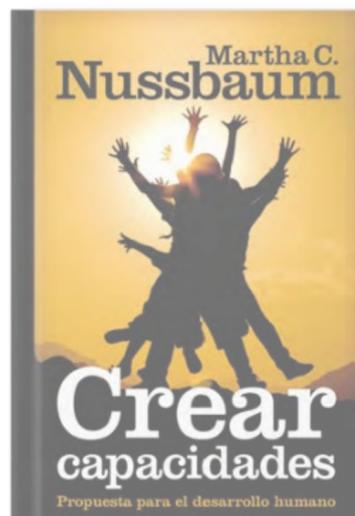
“Viver é mais do que apenas ganhar a vida, e se você não tem o hábito de pensar sobre isso, você pode acabar ficando mais velho e se surpreender ao descobrir que sua vida parece vazia.”

Martha C. Nussbaum, La monarquía del medio, 2017

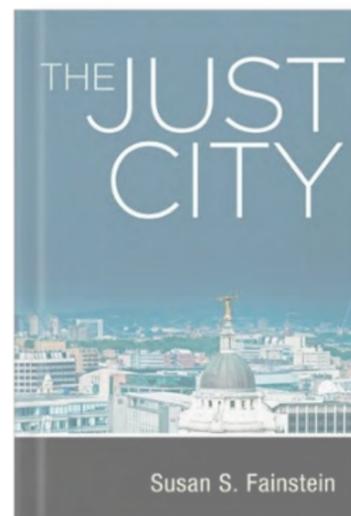
Textos de base



Amartya Sen, economista e filósofo indiano: defende que o desenvolvimento deve ser medido não só pelo crescimento económico, mas pela expansão das liberdades e capacidades das pessoas. A liberdade é simultaneamente o fim e o meio do desenvolvimento, englobando os direitos políticos, económicos e sociais.



Martha C. Nussbaum, filósofa americana: O desenvolvimento deve se concentrar em garantir que as pessoas tenham as oportunidades de que precisam para viver vidas plenas. Propõe a abordagem das capacidades, que mede o bem-estar de acordo com as liberdades reais para alcançar objetivos valiosos.



Susan S. Fainstein, teórica política e urbanista americana: o planeamento urbano deve promover a justiça social e a equidade. Portanto, as cidades devem ser avaliadas e desenhadas de acordo com a forma como melhoram a vida dos cidadãos, focalização na justiça distributiva e na participação democrática.



Richard Sennett, sociólogo americano: O design urbano deve-se concentrar na criação de espaços que promovam a comunidade e a interação social. Defende que as cidades devem ser concebidas para promover a coexistência e a coesão social, e não apenas a eficiência funcional e económica.

1.2. Justiça urbana

O espaço urbano é uma construção social, imersa nas condições econômicas, políticas e culturais de cada época. A justiça urbana manifesta-se na relação funcional entre três dimensões inter-relacionadas da experiência urbana: as funções socioespaciais do construído, a capacidade de aproveitar as oportunidades urbanas e a existência de um habitat para viver e prosperar socialmente.

As cidades caracterizam-se pela aglomeração humana e pelo fornecimento de bens públicos que permitem a coexistência de atividades e interesses sociais muito diferentes. As ligações da identidade com a paisagem construída, a acessibilidade, a habitabilidade e o seu papel na melhoria das capacidades humanas são aspetos da justiça urbana relacionados com os bens comuns urbanos.

O desafio é conceber a cidade como um bem comum, mostrando que os bens e capacidades sociais estão intrinsecamente ligados às oportunidades que a cidade oferece para o desenvolvimento individual e coletivo.

O desenvolvimento urbano equilibrado, as políticas ambientais e de habitação, os códigos de construção, os transportes, as infraestruturas, a segurança e a acessibilidade universal são fatores que promovem a qualidade de vida. A injustiça urbana, por outro lado, aumenta a desigualdade. As desigualdades não valem a pena manifestar-se aleatoriamente nas cidades; são gerados e reproduzidos pela própria estrutura urbana e pela ausência de determinantes da qualidade de vida.



Os vértices do triângulo da justiça urbana são indissolúveis: o ambiente influencia diretamente as possibilidades de desenvolvimento de uma vida plena. Um desenho urbano inclusivo, com acesso a serviços, espaços públicos e habitação adequada, potencia capacidades definidas por M. Nussbaum, promovendo o bem-estar e a justiça social na cidade.

Esquema: F. Colom, 2023.

“Não há um único fio que teça a tapeçaria, são as nossas ruas, edifícios e praças que tecem a história das nossas vidas, moldando a forma como vivemos, interagimos e sonhamos.”

Joaquín Bosque M, Conferencia UAH, 2006

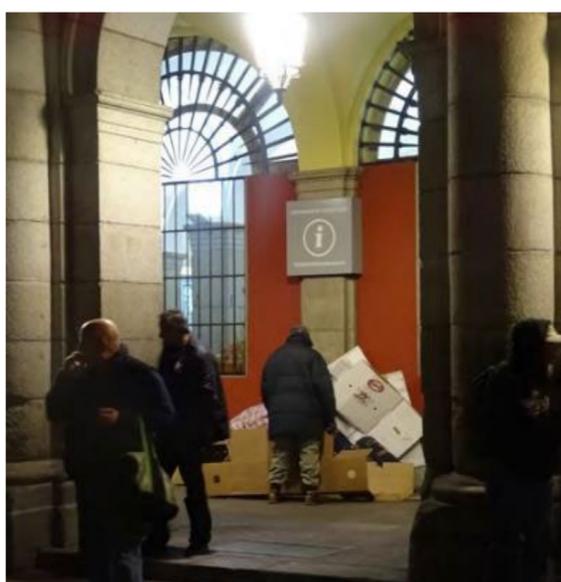
Convenções sobre a dignidade do habitat



Direitos humanos

Artigo 25: Toda a pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure [...] uma habitação [...].

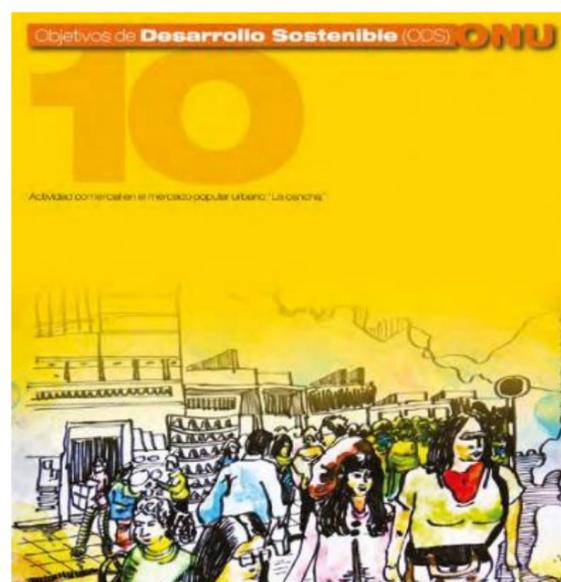
Nações Unidas, 1948. Habitação social em Vallecas, Madrid. Foto: R. Goycoolea, Vallecas, Madrid, 2019.



Carta mundial do direito à cidade

Direito coletivo [...] a uma cidade sustentável, sem discriminação de sexo, idade, raça, saúde, rendimentos [...], bem como a preservar a sua identidade e memória cultural.

Fórum Social Mundial, Brasil, 2001. Foto: R. Goycoolea, Madrid, Plaza Mayor, 2021.



Os ODS e a Nova Agenda Urbana

O desenvolvimento urbano deve tornar-se um motor de desenvolvimento económico, social e humano, que proteja o meio ambiente e promova bem-estar, justiça e equidade.

ODS 10. Desenho: Jaime Alzérreca, Olhares sobre os ODS, 2016. Cortesia do autor.

1.3. Habitação e Justiça Urbana

Uma cidade segura, eficiente e sustentável é importante, mas não suficiente. O acesso à habitação é a base da justiça urbana porque proporciona segurança, sentido de comunidade, intimidade e enraizamento, e facilita o acesso a outros recursos como educação, saúde, emprego e lazer; mas é também uma mercadoria sujeita ao mercado. A tensão entre a cidade entendida como espaço de bem viver (Aristóteles) e o seu papel como instrumento comercial e financeiro é uma dicotomia permanente que tem repercussões na coesão social e no bem-estar.

O objetivo das Políticas Públicas de Habitação é gerir estas tensões (direito ou mercadoria), regulando o mercado imobiliário para garantir habitação acessível e adequada, oferecendo assim oportunidades de desenvolvimento das capacidades humanas.

A conceção urbana pode ou não contribuir para a inclusão social e para o reforço das capacidades. *"Moldamos os nossos edifícios; então, eles nos formam"*, disse Sir W. Churchill em 1941. Muitos projetos emblemáticos de habitação social falharam ao centrarem-se (apenas) na construção de habitações sem considerar a oferta de instalações e a qualidade do espaço urbano. Isso, somado à concentração de populações vulneráveis neles, acabou por gerar comportamentos antissociais, como os vividos em Pruitt-Igoe, Saint Louis, em 1973, em Orcasitas, Madrid, nos anos 80 e nos 'banlieues' parisienses em 2023.



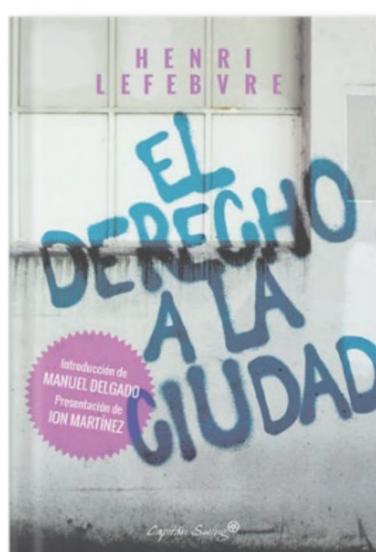
Os slogans do Dia Mundial do Habitat abordam os principais desafios do desenvolvimento urbano, da habitação e do bem-estar das cidades. Estes últimos centram-se na necessidade urgente de eliminar as crescentes desigualdades urbanas e garantir que todas as pessoas tenham acesso a habitação e serviços dignos.

Fonte: ONU-HABITAT, Dia Mundial do Habitat 2022.

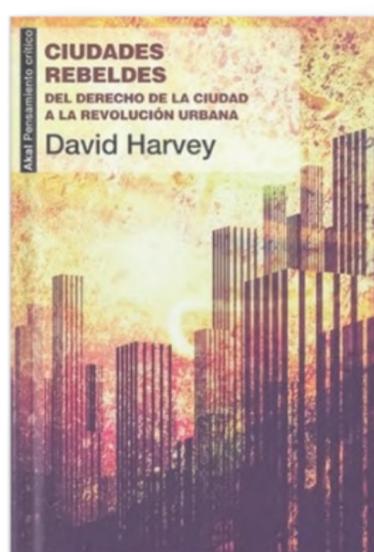
“A habitação é um direito, não uma mercadoria. A habitação é a base da estabilidade e da segurança dos indivíduos e das famílias. É o centro da nossa vida social, emocional e, por vezes, económica e deve ser um santuário onde possamos viver em paz, segurança e dignidade.”

Raquel Rolnik, Relatório sobre uma habitação adequada, ONU, 2010

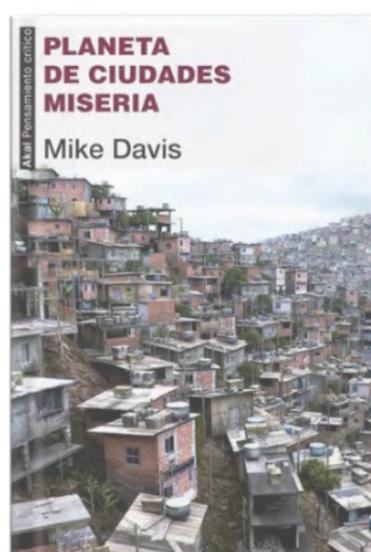
Textos de base



Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês: os habitantes devem ter o poder de influenciar a configuração e o uso dos espaços urbanos. Defende o direito coletivo de transformar a cidade de acordo com as necessidades sociais, priorizando a vida comunitária sobre a lógica capitalista.



David Harvey, geógrafo e teórico social britânico: as cidades são arenas-chave da luta de classes e que os habitantes têm o direito de transformar o espaço urbano de acordo com as suas necessidades. Ele propõe a "revolução urbana" para recuperar o controle dos cidadãos sobre o capitalismo.



Mike Davies, historiador e geógrafo americano: O rápido crescimento urbano, especialmente nos países em desenvolvimento, levou a uma expansão maciça dos assentamentos informais. Mostra como o neoliberalismo exacerbou a pobreza urbana, criando cidades marcadas pela desigualdade e exclusão.



Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista brasileira: as políticas urbanas neoliberais han mercantilizado a vivienda, desplazando a comunidades vulnerables. Defiende que la lucha por el territorio es esencial para garantizar el derecho a la ciudad y resistir la exclusión social y espacial.

2. Políticas públicas de habitação em Madrid

No último século e meio, é possível diferenciar seis etapas nas Políticas Públicas de Habitação (PPV):

- Direito da Caridade. 1845-1911
- Leis da Casa Barata. 1911-1939
- Programa de Reconstrução Nacional. 1939-1957
- Plano de emergência social. 1957-1975
- Plano de Remodelação do Bairro. 1975-1995
- Programas de Ação Urbana (PAU). 1995-act.



Mapa dos distritos de Madrid

A cartografia desta seção foi realizada por I. G. Redondo com dados obtidos de diferentes fontes: idade e localização dos edifícios da Sede Eletrónica do Cadastro, os conjuntos habitacionais públicos foram georreferenciados manualmente com informações do Atlas da Habitação Pública. Madrid, 1940-2010 (Moya, Fernández & Escamillas, 2021); e o blog Urbanidade para mapear as promoções das leis da Caridade e Casas Baratas. Os dados de El Pardo não foram incluídos em todos os mapas devido às distorções geradas pelas suas particularidades administrativas e demográficas.

2.1. Caridade e beneficência: 1845 - 1936

A incipiente industrialização de Madrid levou a que a sua população aumentasse 30% a partir de 1800 para mais de 250.000 habitantes em meados do século. Era uma cidade de contrastes. As reformas do Bourbon deram a imagem de uma cidade iluminada, mas a maioria vivia em currais superlotados, com falta de serviços e higiene.

Seguindo os postulados dos higienistas europeus, as infraestruturas de água e saneamento são melhoradas. Em 1860, foi aprovado um projeto de expansão com um horizonte temporal de 100 anos e 450.000 habitantes. Conhecido como Plano Castro, este projeto propõe num terreno reticular a separação dos bairros por funções e classes sociais, princípios que perduraram apesar da falta de especificidade do plano.

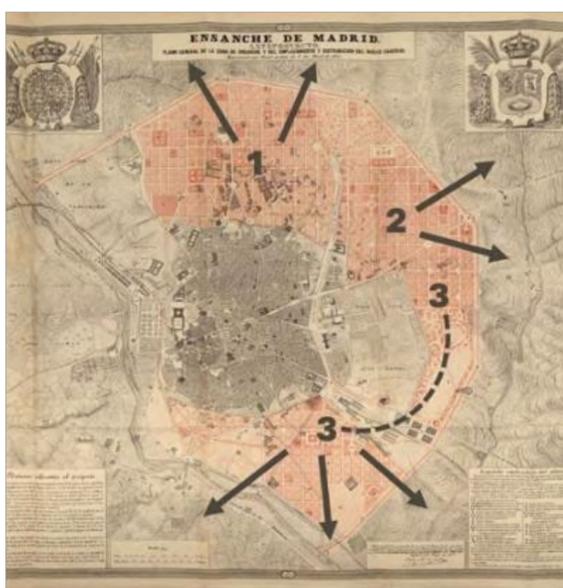
Uma Ordem Real de 1853 alertava para "as más condições em que se encontram os quartos de uma parte dos desafortunados", instando os "maiores contribuintes" a promoverem casas baratas. Apoiadas pela Lei da Caridade de 1849, foram criadas empresas como a Companhia de Construção Solidária (1875). Habitação mínima construída na "periferia" da cidade, sem serviços ou urbanização. Sem apoio estatal, o número de unidades construídas foi mínimo, mas abriu caminho para futuras políticas habitacionais.

“[Aqueles] que lidam com a caridade reconhecem que o alívio do infortúnio não é um direito dos infelizes, embora a maioria o considere como um dever moral da sociedade, que exerce a administração em seu nome.”

Fco. Javier de Bona, Anuário Administrativo e Estatístico da Província de Madrid, 1868



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota 2. Políticas Públicas.



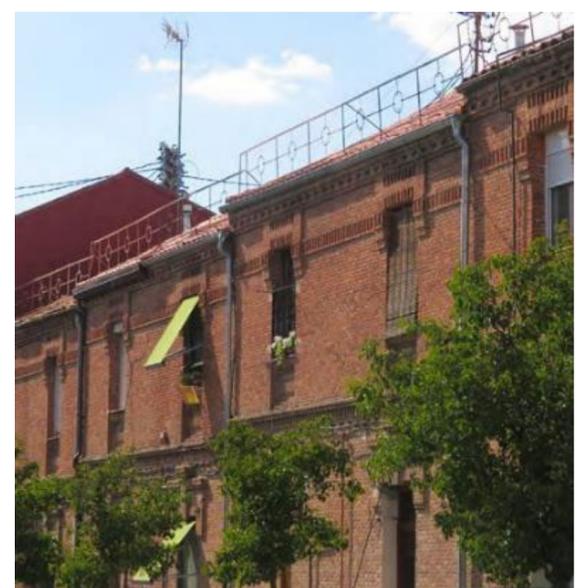
O Plano de Ensanche de Madrid, 1860 propôs expandir a cidade em bairros habitacionais socialmente homogêneos: (1) Aristocráticos (2) Classe média (3) Trabalhadores e artesãos. Com esse planeamento, inicia-se um *modus operandi* de segregação socioespacial que se mantém.

Esboço: P. Núñez, 2023. Fonte: Planta de Ensanche de Madrid de 1861, Biblioteca Digital Hispánica.



No século XIX, a maioria da população vivia em condições de superlotação, especialmente em bairros operários. As casas eram pequenas, mal ventiladas, mal iluminadas e sem serviços básicos. Os currais que ainda restam dão conta dessa precariedade e pobreza.

Corrala, Lavapiés (Fim s. XIX). Foto: R. Goycoolea, 2003.



Apesar da sua dimensão e austeridade, as "escolas" ofereciam uma solução relativamente digna em comparação com outras alternativas numa época de rápido crescimento urbano e escassez de habitação em Madrid. Eles foram oferecidos em amortização por 20 anos, mas eram muito caros para as classes mais modestas.

Casas da Construtora Beneficente, h. 1910. Foto: P. Núñez, 2024.

2.2. Lei das Casas Baratas: 1911-1939

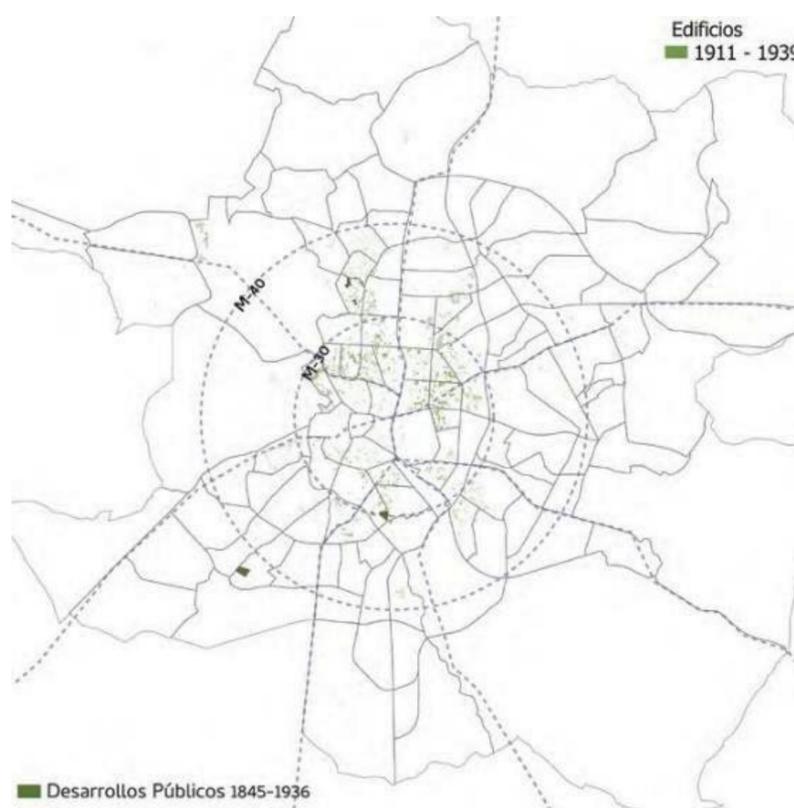
Superando as previsões, em 1910 Madrid tinha 590.807 habitantes. Um cinturão de moradias precárias circunda a capital. Em resposta à procura social, em 1911 foi aprovada a Lei das Casas Baratas.

Esta é a primeira intervenção decisiva do Estado em matéria de habitação, promovendo a construção de habitação a preços acessíveis através de isenções fiscais, subsídios aos construtores e estabelecimento de condições mínimas de habitabilidade. Em Madrid, a Câmara Municipal e algumas empresas vão criar cooperativas de habitação para os seus trabalhadores. Construídas, em geral, em terrenos baratos na periferia, eram casas de fila mínima, com banheiros e serviços comuns e sem urbanização ou transporte.

Devido aos requisitos exigidos para se qualificar para o auxílio, acabou servindo aos interesses da burguesia e, especialmente, proprietários de terras e cooperativas de trabalhadores qualificados. Em Madrid existiam 52 colónias deste tipo, com cerca de 5.500 casas unifamiliares para as classes média e alta, incluindo a exclusiva Colonia del Viso. A implementação gradual do telefone e do veículo privado permitiu localizações periféricas baseadas nos ideais da arquitetura moderna. Apesar dos incentivos oferecidos, o número de casas construídas ao abrigo desta lei foi insuficiente para responder a uma procura crescente.

“Embora não tenham correspondido plenamente às expectativas, as leis das "Casas Baratas" foram o primeiro esforço significativo de intervenção pública para melhorar a habitação popular.”

Luis Arias, Casas baratas, 2011



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota lámina 2. Políticas Públicas.



Apoiadas pela lei, várias instituições e cooperativas promoveram diversas ‘colónias’. Entre as poucas que permanecem está a da Saúde e Poupança, do Patronato Municipal de Casas Ultrabaratadas. Construída sem urbanização nem serviços, foi remodelada em 1985 e, tal como outras ‘casas baratas’, é hoje muito valorizada.

Colônia Saúde e Poupança, Usera. Foto: P. Núñez, 2024.



Entre los proyectos innovadores destaca la Colonia del Pico del Pañuelo (1927), un conjunto de 74 bloques de cuatro plantas, con viviendas mínimas (de menos de 45 m²), pero con vocación de dignificar la vida de los trabajadores y, sobre todo, de permitirles un alojamiento lo más cercano posible al lugar de trabajo y con comercio de proximidad.

Colonia Pico del Pañuelo, Legazpi. Foto: R. Goycoolea, 2024.



Ambiguidades na legislação e a falta de controlo na sua aplicação permitiram a diversos grupos de famílias abastadas utilizar a Lei das Casas para se constituírem em cooperativas e construir habitações baseadas nos ideais higienistas da Cidade-Jardim e nas tendências estéticas em voga.

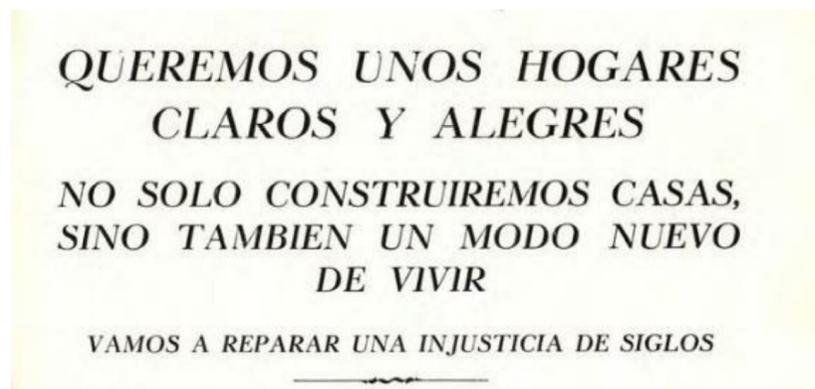
Colônia Lar do Ferroviário, Moratalaz, casas baratas da Associação Geral de Empregados e Caminhos de Ferro de Espanha, 1923. Foto: P. N., 2020.

2.3. Autarquia, entre ideologias e escassez: 1939-1959

Após a Guerra Civil, Madrid enfrentou um panorama habitacional desolador. Às casas destruídas juntam-se a pobreza, a migração e um mercado imobiliário escasso e inacessível para a maioria. A política de habitação centra-se na reconstrução. Em 1939 foi criado o Instituto Nacional de Habitação, que oferecia ajudas diferenciadas para moradias subsidiadas e de renda limitada. Em 1945, o Fuero de los Españoles reconheceu a propriedade da habitação como um direito. Desde 1946, os arrendamentos são controlados, o que afunda a oferta, forçando as famílias a endividarem-se para ter um lugar para morar.

Desde o início, a política habitacional esteve subordinada aos ideais da ditadura. As proclamações e projetos promovem os valores do catolicismo nacional, com o objetivo de promover os valores do catolicismo nacional com a igreja e a escola católica como elementos centrais dos bairros. Os espaços públicos foram concebidos para facilitar a vigilância e promover uma vida comunitária ordenada e disciplinada.

A propaganda oficial foi confrontada com a realidade: os resultados habitacionais da Autarquia eram escassos devido à falta de dinheiro e materiais, burocracia e corrupção. Entre 1939 e 1950, o Instituto Nacional de Habitação promoveu menos de 10.000 casas; um alívio mínimo para as mais de 400.000 unidades habitacionais precárias registradas pela Comissão de Planeamento Urbano de Madrid e seus arredores, COUMA, em 1950.



José L. de Arrese, Habitação subsidiada, uma obra da Falange, 1941



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota 2. Políticas Públicas.



Olhando para a prosperidade de Madrid hoje, é difícil imaginar o nível de pobreza presente até o século XX. A autarquia de Franco caracterizou-se pela escassez de alimentos, racionamento, desemprego e falta de recursos básicos e habitação, condicionando a vida da maioria.

Habitações trogloditas na Avenida Daroca, Ciudad Lineal, c. 1950. Foto: Jose Luis Mur V., Arquivo da Comunidade de Madrid.



Os bairros são concebidos como pequenas aldeias autónomas, onde a habitação é considerada o centro espiritual e material da família, o núcleo primário do Estado; um instrumento de educação cristã e social, baseado na tradição, na boa vontade dos povos e no respeito pela ordem estabelecida.

Habitação subsidiada para empregados ibéricos, Barajas, 1949. Foto: American Flight, 1961, IGN.



Não só se procurou uma reconstrução material, como, de forma premeditada, a arquitetura foi utilizada para promover os preceitos ideológicos católicos nacionais. As evocações dos "espanhóis" substituíram a estética modernista das décadas anteriores, como a da Gran Vía.

"Plaza mayor" da Colônia Ibérica, Barajas, 1949. Foto: R. Goycoolea, 2021.

2.4. Habitação, uma emergência social: 1959-1975

Em meados do século passado, a economia espanhola estava falida. O regime franquista abandona o ideal compromisso autárquico com a liberalização e racionalização da economia, concretizado no Plano de Estabilização (1959) que, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, inaugurou um período de desenvolvimento.

A escassez de habitação em Madrid é enorme. Cerca de 400 000 pessoas vivem em habitações precárias e a tensão social está a aumentar. O Ministério da Habitação, fundado em 1957, promove principalmente bairros de quarteirões destinados a grupos sociais homogêneos em locais específicos. A iniciativa privada participou construindo, com apoio estatal, habitação acessível para as classes médias e realocação para famílias vulneráveis. Entre 1961 e 1975, 4.080.619 unidades de habitação social foram construídas na Espanha, aliviando a escassez de habitação, reativando a economia e transformando a Espanha num país de proprietários reais e aspiracionais.

No entanto, essas conquistas foram prejudicadas por vários problemas: muitas casas eram de baixa qualidade, novos bairros careciam de infraestrutura e serviços, e a política favorecia a propriedade privada em detrimento do arrendamento, sem resolver a necessidade de habitação acessível para as classes empobrecidas.

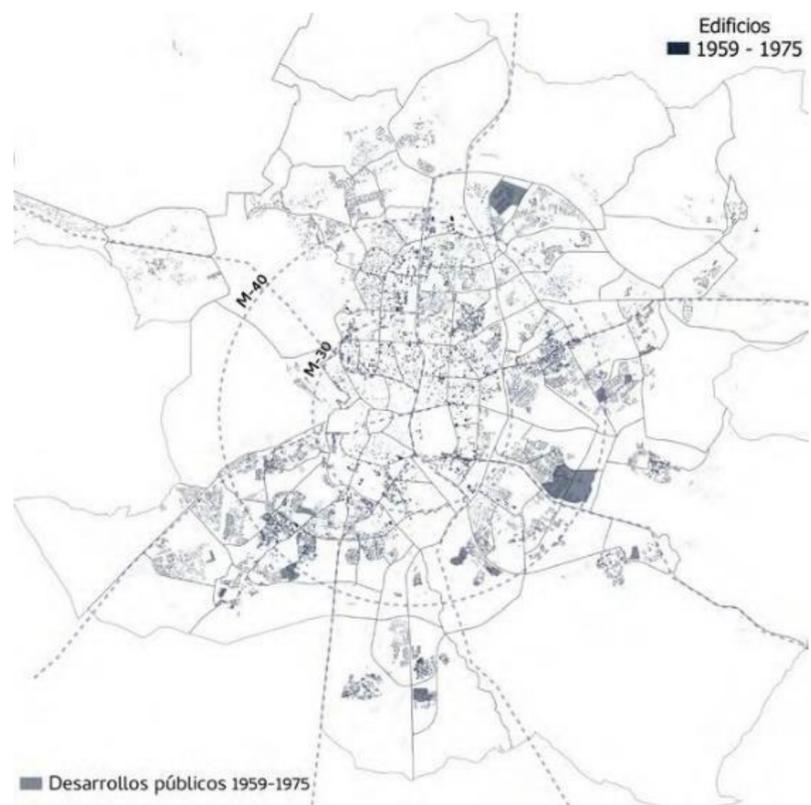
A B C. SABADO 2 DE MAYO DE 1959. EDICION DE LA MAÑANA. PAG. 41

«NO QUEREMOS UNA ESPAÑA DE PROLETARIOS, SINO DE PROPIETARIOS»

"ASPIRAMOS A QUE LA VIVIENDA SEA DEL QUE LA VIVE Y QUE DE LA "RENTA LIMITADA" PASEMOS AL IDEAL DE LA "VENTA LIMITADA"

Palabras de D. José Luis de Arrese, en el homenaje que le tributaron los agentes de la propiedad inmobiliaria

Periódico ABC 1959.



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fuente: ver nota lámina 2. Políticas Públicas.



Habitação subsidiada classe A, a maior (110 a 200 m²) e de melhor qualidade entre as subsidiadas, destinada a funcionários públicos e comandantes militares. Com uma estética historicista e forte, localizavam-se em áreas urbanizadas e bem conectadas dentro da cidade.

Niño Jesús, Retiro, 1954-57. Foto: P. Núñez, 2022.



As habitações subsidiadas de classe B, de dimensão média (65 a 150 m²) e de menor qualidade de construção, mas adequadas, destinavam-se a trabalhadores assalariados com rendimentos médios estáveis. Com uma estética funcionalista em blocos isolados, localizavam-se na segunda cintura urbana e foram lentamente equipados.

Mortalaz, 1958-68, "Uma cidade dentro da cidade". Foto R. Goycoolea, 2024.



As habitações subsidiadas da classe C eram as mais modestas em tamanho (50 a 80 m²) e de menor qualidade em materiais e construção, destinadas a pessoas com menores rendimentos, muitas vezes trabalhadores precários. Com uma estética racionalista, foram construídas quase subdesenvolvidas em áreas remotas e marginais da periferia.

Poblado Dirigido de Caño Roto, 1957-1969. Foto: P. Núñez, 2024.

2.5. Remodelação de bairros: 1978 - 1995

A democracia inicia-se com duas inovações-chave: a Constituição de 1978 transforma o ideal de propriedade da habitação em direito ao seu usufruto e exige a sua garantia pelos poderes públicos (Art. 47), e a transferência de competências em matéria de habitação para as Comunidades Autónomas, mantendo o Estado a regulação geral.

O período caracteriza-se pelo impulso das Habitações de Proteção Oficial (HPO), pela melhoria da qualidade construtiva graças à Lei de Ordenamento da Edificação de 1987 e pelo inovador Programa de Remodelação de Bairros (1976-1988), cujo objetivo era dotar de serviços os bairros do franquismo e erradicar os 30 bairros informais não incluídos nos planos habitacionais da ditadura. Conseguiu-se assim construir in situ 38.590 novas HPO. As associações de moradores desempenharam um papel decisivo, com um nível de participação que continua a ser excepcional.

Em 1986, 2.700 famílias ainda viviam em assentamentos informais. Para lhes dar resposta, foi criado o Consórcio para o Realojamento da População Marginalizada, que optou pela construção de oito Bairros de Tipologia Especial (BTE). Apesar de se tratarem de habitações de qualidade, o plano não funcionou, pois a sua localização deslocalizada e a homogeneidade social transformaram-nos em focos de marginalidade, levando a Administração a decidir a sua demolição, o que reforçou o estigma da falta de inclusão social da população empobrecida.

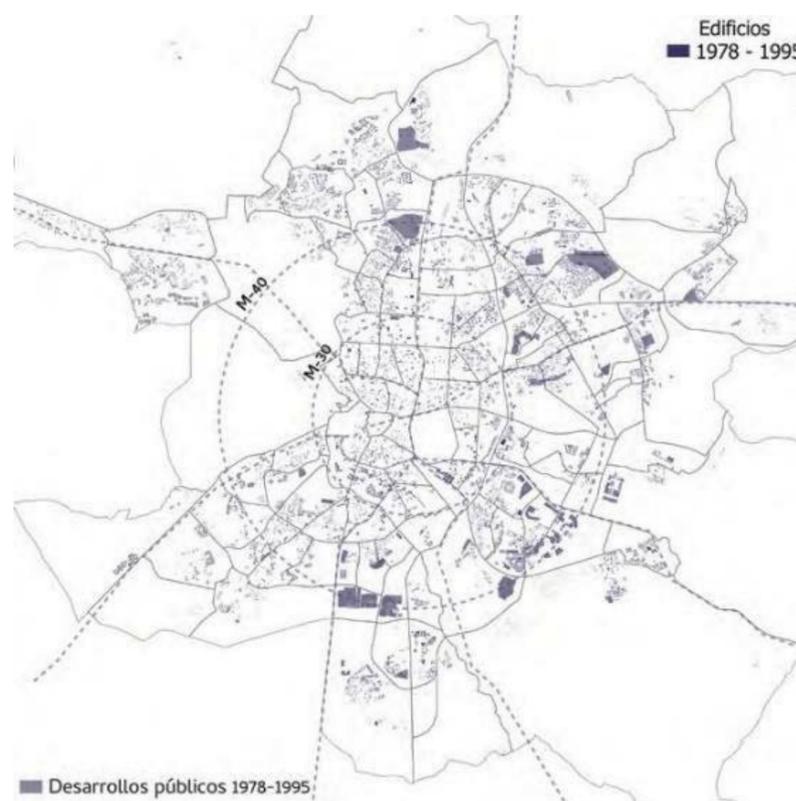
LA REMODELACION DE LA MESETA DE ORCASITAS

PRIMERA EXPERIENCIA URBANISTICA AUTOGESTIONARIA

- Los vecinos, por medio de su asociación, han impuesto todos sus criterios en la confección del Plan Parcial

Cartaz do bairro, c. 1990.

Cortesia da Associação de Moradores de Orcasitas, 2020.



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota 2. Políticas Públicas.



Orcasitas exemplifica bem o Plano de Remodelação do Bairro. Projetada em 1957, a Vila tinha um carácter experimental, elogiada pela sua conceção vanguardista; Mas a baixa qualidade dos materiais, as deficiências de construção e a falta de estudos geotécnicos causaram graves patologias nos edifícios.

Poblado Dirigido de Orcasitas, c. 1960. Fonte: Servicios Aéreos Norte, Blog Urbanidade, 46, 2011.



Depois de uma longa luta de bairro, Orcasitas foi demolida e substituída por um novo bairro de quarteirões com habitação de maior qualidade e melhores infraestruturas e serviços urbanos a partir de 1984. É um caso digno de nota porque pela primeira vez se materializa a participação efetiva do cidadão na configuração do ambiente.

Praça da Associação de Orcasitas, Usera, 1986. Foto: Eulália Portela, 2020. Cort. autor.



Os Bairros de Tipologia Especial procuraram oferecer habitação condigna aos sectores mais desfavorecidos, deslocando-se para bairros de lata. Apesar da qualidade das habitações, falharam devido à sua deslocalização, homogeneidade sociocultural, falta de serviços e má gestão.

BTE de Plata e Castañar, Villaverde, pouco antes de sua demolição. Foto: P. Núñez.

2.6. Programas de Ação Urbanos: 1995-act.

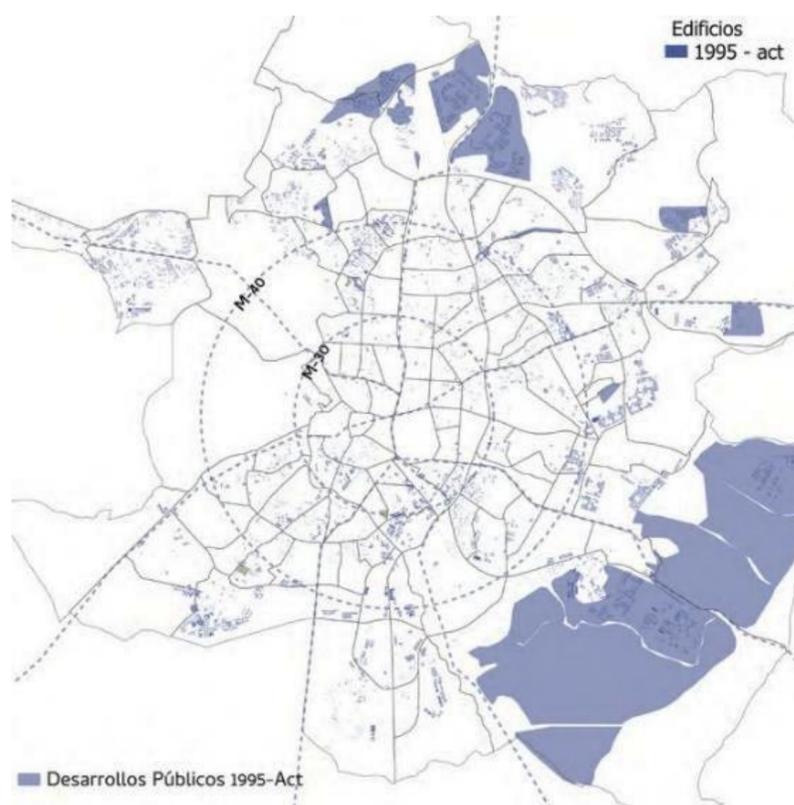
Nas últimas décadas do século passado, a população de Madrid caiu de 3,18 para 2,93 milhões. O Plano Geral de Planeamento Urbano (1997) aborda esta situação. Promove o crescimento descentralizado através da expansão da rede de transporte, a criação de zonas autónomas de crescimento e a reabilitação de zonas centrais.

Ao nível da habitação, são implementadas duas medidas fundamentais: a continuação da política de colaboração público-privada através de benefícios fiscais para a compra e reabilitação e subsídios à Habitação Social (VPO) à Habitação a Preço Avaliado (VPT) e aprovação dos Programas de Ação Urbana (PAU), que permitiram reclassificar, organizar e desenvolver terrenos para novas habitações. São grandes complexos residenciais com um design introspetivo (predominância de blocos fechados), instalações privadas, comércio centralizado e dependência do carro. Novos empreendimentos urbanos, como o Plano Sures, consolidaram esse modelo urbano.

A política de erradicação das favelas sofreu uma reviravolta significativa em 1998 com a transformação do Consórcio no Instituto de Realojamento e Inserção Social (IRIS), que passou a realojar famílias em apartamentos dispersos com apoio social. Isto eliminou muitas tensões inerentes aos despejos em massa, mas quebrou o tecido social das famílias realojadas.

“Depois de mais de 20 anos de PAU eu só posso pensar na falta da cidade, da vida de bairro. As avenidas sem alma, grandes e intermináveis, onde ninguém anda [...] Todo esse espaço é muito inquietante, mas sem vida.”

Santiago Durán, O fracasso do PAU, 2023



Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota 2. Políticas Públicas.



O PAU reproduz a estratégia do Plano Castro, criando bairros homogêneos nas periferias, mas com melhor qualidade de construção. Nas últimas décadas, um novo cinturão de bairros dormitórios para diferentes estratos sociais moldou a periferia contemporânea de Madrid.

PAU de Arroyo del Fresno, Fuencarral-El Pardo. Fonte: Construcciones Amenabar Publicidade, 2022.



Os UAPs tendem a promover uma cultura de consumo e a predominância da vida privada, em vez de espaços públicos partilhados e acessíveis. Isso favorece a vida em urbanizações com shopping centers e serviços fechados, em detrimento de uma cidade mais integrada com espaços comuns de convivência.

PAU Sanchinarro, Hortaleza. Foto: R. Goycoolea, 2009.



As ruas são enormes para a densidade populacional real, algumas excedendo a largura do Paseo de la Castellana, gerando grandes distâncias entre edifícios, má acessibilidade para pedestres e baixa integração social, afetando negativamente a qualidade de vida e promovendo a dependência do carro.

PAU de Vallecas. Foto: R. Goycoolea, 2024.

3. Políticas públicas de habitação em Madrid e justiça urbana

“Os movimentos sociais urbanos dos anos 60 e 70 revelaram-se contra a arrogância dos especialistas que lhes impuseram a visão de uma cidade racional e ordenada [...] O meu argumento é que a justiça, definida pela democracia, diversidade e equidade, deve ser o critério de avaliação para o Planeamento e Políticas Urbanas.”

Susan S. Fainstein, Planeamento, Justiça e Cidade, 2013.



Barrio de Estrella, década 1960, Distrito Retiro, desde la M30. Foto: R. Goycoolea 2024.

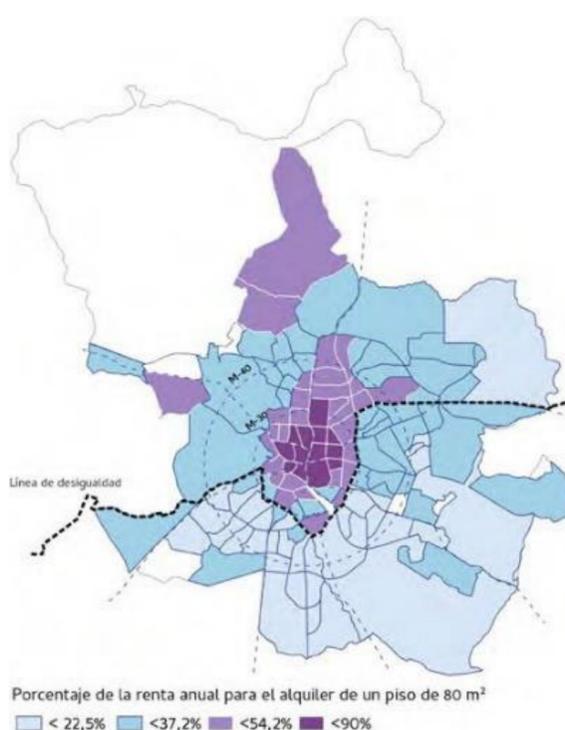
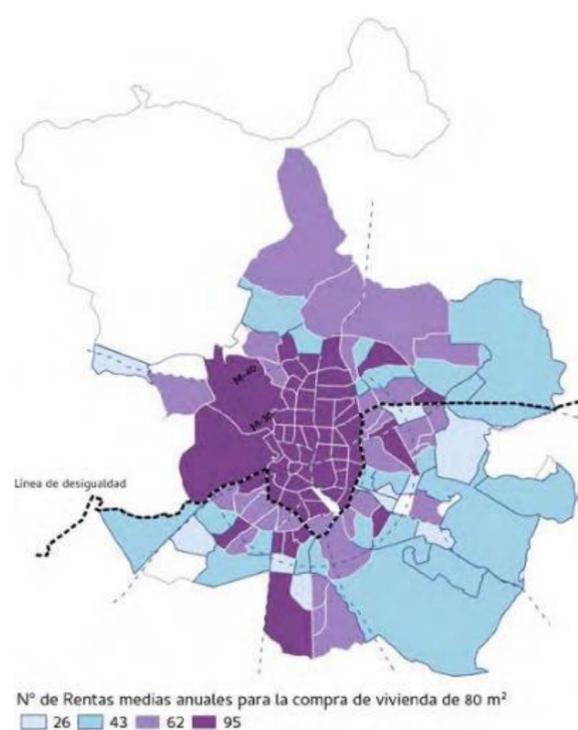
3.1. Capacidade de desenvolver um Projeto de vida

A justiça urbana centra-se na capacitação dos cidadãos para desenvolverem o seu projeto de vida, em contraste com o urbanismo tradicional que prioriza a eficiência técnico-económica. A habitação é o ponto de partida para o desenvolvimento de um projeto de vida e de outras capacidades. Sem habitação, não há projeto de vida.

Até à Guerra Civil, Madrid (tal como Espanha) era uma cidade de inquilinos. O regime franquista estabeleceu a propriedade privada como um guia para a política habitacional e um instrumento de regeneração social. Os governos democráticos mantiveram a preferência pela propriedade, tanto em empreendimentos públicos como em habitações subsidiadas.

Mais do que um direito, a habitação tornou-se um bem de consumo aspiracional, colocado como a mais importante fonte de poupança para as famílias.

Nos últimos anos, as novas estruturas de coabitação, o turismo e a falta de habitação pública aceleraram a gentrificação, empurrando os bairros para a periferia e distorcendo o mercado imobiliário. A percentagem de rendimento que deve ser destinada à habitação diminuiu consideravelmente, especialmente para os jovens, a capacidade de planear uma vida independente e aproveitar as oportunidades que a cidade pode oferecer.



Na última década, a habitação em Madrid aumentou 68% e as rendas 103%, enquanto os salários 16%. Embora estes dados variem entre distritos, o esforço económico é generalizado, afetando o desenvolvimento de outras competências, como se reflete no aumento da vulnerabilidade social e na idade tardia da emancipação juvenil (30,3 anos) e da maternidade (32,3 anos), entre as mais elevadas da Europa.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fuente: datos dos portais inmobiliários Idealista e Fotocasa, 2024.

Para viver sem stress, o ideal é dedicar 30 a 35% do seu rendimento a rendas ou a um crédito à habitação. Em Madrid, mais de metade dos agregados familiares ultrapassa, por vezes muito, esta percentagem. Esta pressão económica generalizada o acesso à habitação tornou-se uma das principais dificuldades no desenvolvimento de projetos de vida autónomos, especialmente entre os jovens.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fuente: datos base de informes de los portales inmobiliários Idealista y Fotocasa, 2024.

2,5% da habitação espanhola é pública (20.º lugar na UE-27, variando entre 30% nos Países Baixos e 1,5% na Roménia). Em Madrid, apenas 0,4% das 1.533.221 casas (6.600) são geridas pela Empresa Municipal de Habitação e Terrenos para arrendamento social. A Lei do Direito à Habitação (2023), entre outras medidas, procura inverter esta situação, priorizando o acesso aos jovens e grupos vulneráveis.

Gráfico: P. Núñez, 2024.



Capa noticia, Cinco Días de 16/01/2024.



Capa de noticia, Fotocasa BlogPro del 10/05/2023.



Capa de noticia, El País, José L. Arana, 28/04/2021.

3.2. Capacidade de viver em ambientes inclusivos

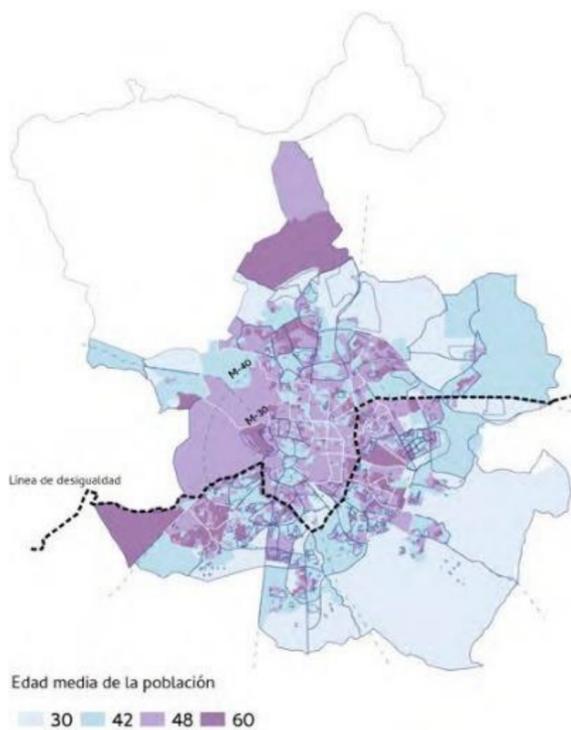
A configuração social de um bairro condiciona as capacidades dos seus habitantes. Viver em ambientes inclusivos garante acesso equitativo a serviços, oportunidades e espaços para todos, promovendo a diversidade e a inclusão social que evita conflitos.

A UN-Habitat, a Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, alertou para as terríveis consequências do aumento das desigualdades urbanas.

Desde o Plano Castro, as Políticas Públicas de Habitação em Madrid, incluindo as da ditadura e da democracia, têm seguido o modelo de construção de bairros para grupos homogêneos diferenciados principalmente pelo rendimento,

educação, migração e etnicidade. Assim, o estigma social baseado no local de residência é inevitável. A integração também fica comprometida, pois são verdadeiras ilhas sem caráter urbano localizadas a vias rápidas que dificultam a ligação ao tecido da cidade.

Historicamente, não houve vontade política para evitar a segregação. Pelo contrário, houve uma consciência de que a estratificação de bairro reforça a identidade de classe de acordo com o local de residência, eliminando a convivência que favorece a coesão através do conhecimento do outro e das oportunidades comuns.



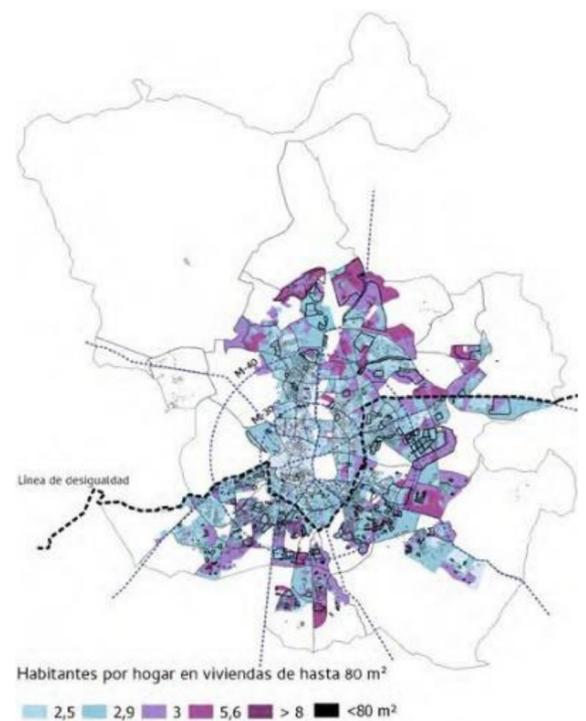
As diferenças espaciais no envelhecimento em Madrid refletem desigualdades significativas em termos de oportunidades. Os bairros ricos do norte oferecem melhor acesso a serviços de saúde, educação e emprego, permitindo que os seus moradores vivam mais tempo e com melhor qualidade de vida. Em contraste, bairros pobres, influenciados por fatores socioeconómicos e migratórios, enfrentam vários constrangimentos que afetam negativamente a esperança de vida e o desenvolvimento.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: INE, Inquérito Indicadores Demográficos Básicos, 2022



A dimensão média das habitações é um indicador importante para o desenvolvimento de competências, uma vez que influencia a qualidade de vida e o bem-estar dos residentes. Casas maiores oferecem maior possibilidade de privacidade e espaço para diferentes atividades, o que pode melhorar o desenvolvimento pessoal e social. Em contrapartida, as casas mais pequenas podem limitar estas oportunidades, gerando stress e afetando negativamente o bem-estar e as capacidades dos indivíduos.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Escritório Eletrónico de Catastro, definindo 5 escalas de análise, 2024



Está documentado que viver em condições de sobrelotação afeta negativamente a saúde mental, a convivência e o desempenho no trabalho. Em Madrid, não só nos bairros mais vulneráveis, cada vez mais pessoas são forçadas a viver em apartamentos pequenos ou partilhados devido a fatores económicos e demográficos e à falta de habitação a preços acessíveis. A outra face da moeda é que, em certos bairros, o número de quartos não utilizados por casa está a aumentar.

Fonte: cruzamento de dados de 2022 sobre a dimensão das casas no Cadastro com o número de habitantes por bairro no Censo Municipal da Câmara Municipal de Madrid.



Capa da notícia, The Objective, Enrique Morales, 21/05/2024.



Capa da notícia, El Mundo, Daniel Somolinos, 28/04/2021.



Capa da notícia, La Razón, Europa Press, 19/12/2023.

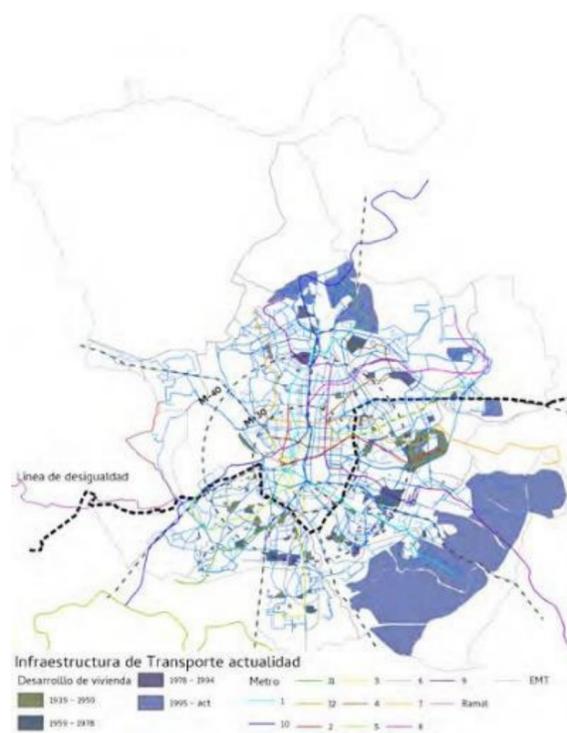
3.3. Capacidade de conciliar a vida profissional e pessoal

Os transportes tornaram-se um elemento-chave no desenvolvimento de capacidades porque permitem a interação do sistema socioeconómico. De acordo com o Banco Mundial (2022), investir em sistemas de transporte público impulsiona as economias urbanas. Apesar disso, a oferta de transportes públicos não tem sido historicamente uma prioridade na definição das políticas de habitação de Madrid.

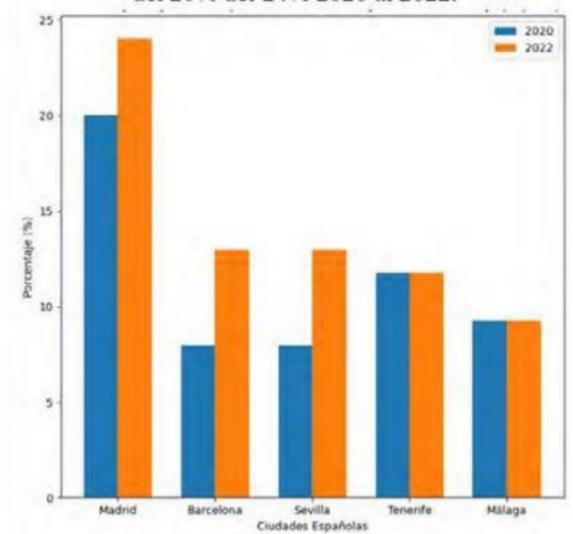
Muitos bairros tiveram que esperar décadas antes de terem um transporte público eficiente.

Os bairros sociais mais antigos estão localizados perto da cidade consolidada, permitindo passeios a pé. Os subsequentes foram localizados fora do atual anel viário M30, formando um cinturão de bairros dormitórios que dependem de transporte para ter acesso ao trabalho e saúde, educação e cultura.

Trata-se de um modelo urbano centrado no automóvel, energeticamente insustentável e prejudicial para a produtividade e saúde mental devido ao tempo despendido nas deslocações pendulares, situação que passou a ser aceite como algo inerente às metrópoles e não como resultado de um planeamento urbano que privilegia a eficiência económica em detrimento das pessoas.



El porcentaje de personas que en Madrid destina de 1 y 2 horas por sentido para ir al trabajo aumentó del 20% del 21% 2020 al 2022.



A acessibilidade nos transportes e na mobilidade é crucial para o desenvolvimento de competências, uma vez que permite às pessoas aceder a oportunidades educativas, laborais e sociais. Facilita a inclusão e a participação na sociedade, melhorando simultaneamente a qualidade de vida e o bem-estar. Sem acessibilidade, as barreiras limitam o potencial individual e coletivo, perpetuando desigualdades e afetando negativamente o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Arquivo cartográfico do Consórcio Regional de Transportes de Madrid, com dados georreferenciados manualmente.

A estrutura radial das condições de transporte público de Madrid desloca-se até ao centro, o que pode levar a congestionamentos e longos tempos de viagem. Para as pessoas, isso significa mais estresse e menos tempo livre. Para a cidade, poluição e saturação de Infraestruturas. Além disso, dificulta a mobilidade entre bairros periféricos, limitando o acesso a oportunidades de emprego e serviços essenciais.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: dados base do Consórcio Regional de Transportes de Madrid para 2022, com dados georreferenciados manualmente.

As políticas de habitação reforçaram-se dificuldades de transporte e mobilidade. O desenvolvimento urbano em grandes bairros periféricos aumenta a necessidade de longos deslocamentos. De acordo com o Relatório do Moovit 2022, um terço dos residentes de Madrid dedica um dia de trabalho por semana ao trabalho. Embora os bairros dormitórios tenham conseguido mitigar a crise habitacional, condicionando oportunidades e qualidade de vida.

Gráfico: P. Núñez, 2024. Fonte: Mobileye, Inquérito Moovit 2022.



Capa de notícia, Antena 3, Álvaro Perreau, 23/03/2023



Capa de notícia, Xataka Movilidad, Alberto de la Torre, 18/03/2023.



Capa de notícia, La Vanguardia Madrid, 11/03/2023.

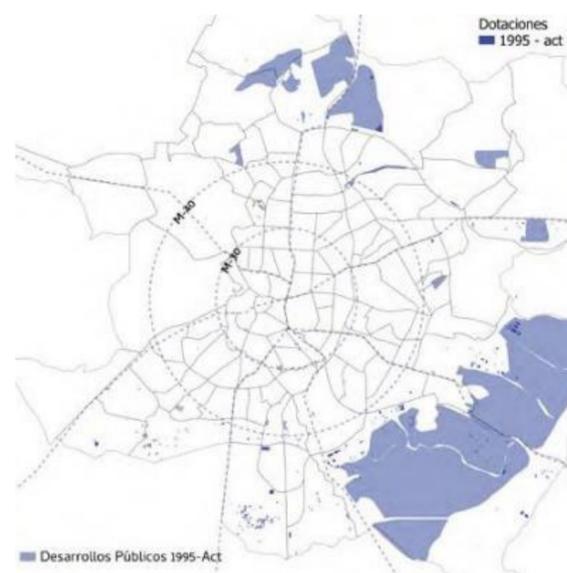
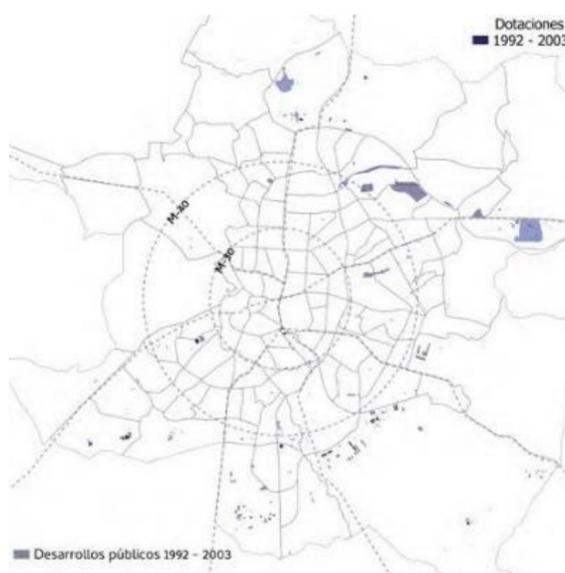
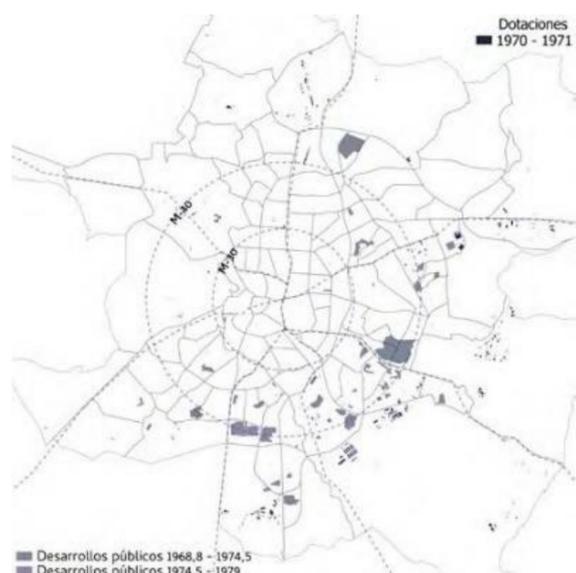
3.4. Capacidade de viver uma vida plena

Os fatores-chave para ter a capacidade de planejar e desenvolver a vida são o tipo e a qualidade dos equipamentos e serviços disponíveis no local onde vive.

Em Madrid, as políticas públicas de habitação relegaram a oferta de instalações para o futuro. A máxima franquista "Primeiro a habitação, depois o urbanismo" perdurou. Uma vez que não são parte integrante dos empreendimentos, os equipamentos não cumprem a função esperada de serem a espinha dorsal do espaço urbano nem permitem o desenvolvimento das capacidades que deveriam promover.

Outro elemento que se mantém é a conceção quantitativa das instalações, sem considerar que as pessoas podem necessitar de diferentes quantidades de recursos para alcançar o mesmo nível de escolha e ação, principalmente se partirem de posições sociais diferentes.

O planeamento urbano tradicional configura as dotações com base em critérios gerais, tais como a superfície dos parques ou bibliotecas por número de habitantes. A abordagem das capacidades preocupa-se com a forma como impactam o desenvolvimento das pessoas, que nem sempre é o mesmo; Por exemplo, em Espanha, mais de 95% da população tem acesso a bibliotecas, mas apenas 28% utilizam-nas.



Durante o regime franquista, o foco nas políticas habitacionais priorizou a rápida construção de moradias, adiando a prestação de serviços essenciais. Em Madrid, isto resultou em bairros densamente povoados e com infraestruturas insuficientes (ver mapa dos transportes), o que afetou a qualidade de vida dos residentes, gerando desigualdades e problemas sociais que persistem até hoje.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Dados cadastrais com filtro de seleção por uso e georreferenciamento manual dos conjuntos habitacionais públicos da época.

O Plano de Remodelação de Bairros desempenhou um papel crucial na disponibilização de equipamentos essenciais para melhorar a qualidade de vida nos bairros mais desfavorecidos. O foco foi a reabilitação urbana, incluindo a prestação de serviços básicos, como escolas, centros de saúde e centros desportivos. Além disso, foram realizadas ações para melhorar o espaço público e as infraestruturas urbanas, promovendo a coesão social e o reequilíbrio territorial. Fonte: Dados cadastrais com filtro de seleção por uso e georreferenciamento manual de conjuntos habitacionais públicos da época.

Os bairros atuais mostram uma melhoria significativa na oferta de instalações e serviços. De acordo com o Painel de Indicadores de 2023, registaram-se progressos na disponibilização de infraestruturas de educação, saúde e espaços verdes. No entanto, persistem desigualdades entre os bairros com rendimentos mais elevados, mais equipados e mais bem conectados e os mais vulneráveis, o que demonstra que o planeamento urbano continua a ser fundamental para equilibrar estas diferenças.

Fonte: Dados cadastrais com filtro de seleção por uso e georreferenciamento manual dos conjuntos habitacionais públicos da época.



Capa de notícia, SiNC, Eva Rodriguez, 18/10/2021



Capa de notícia, El País Madrid, Andrés Manzano, 09/04/1989



Capa de notícia, eldiario.es, Sofía Pérez Mendoza, 03/06/2021

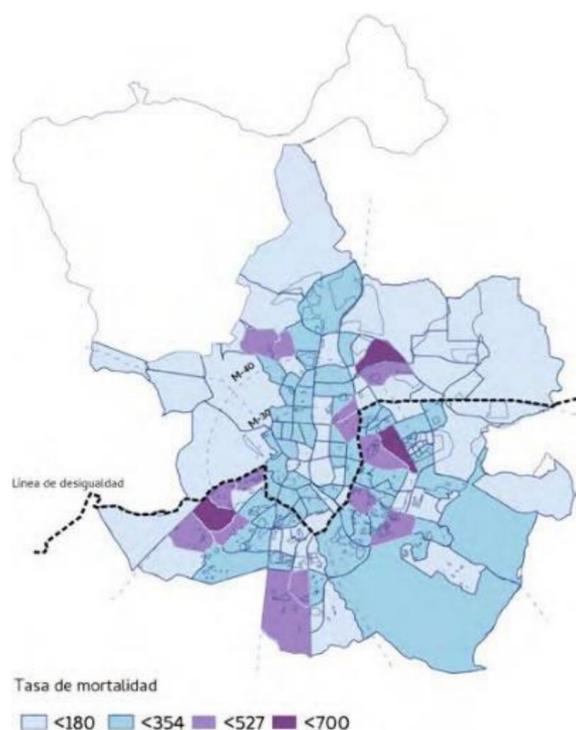
3.5. Capacidade de viver uma vida saudável

Martha Nussbaum considera uma vida saudável e a saúde corporal como capacidades fundamentais para levar uma vida digna e plena. O urbanismo moderno surgiu principalmente para melhorar a insalubridade das cidades oitocentistas, integrando progressivamente as recomendações dos higienistas. Esta abordagem melhorou significativamente a salubridade das nossas cidades e casas, especialmente em termos higiénicos.

As políticas de habitação analisadas melhoraram as suas condições de vida graças a regulamentos técnicos que exigem segurança, acessibilidade, espaço habitacional adequado, proteção contra a humidade, qualidade do ar

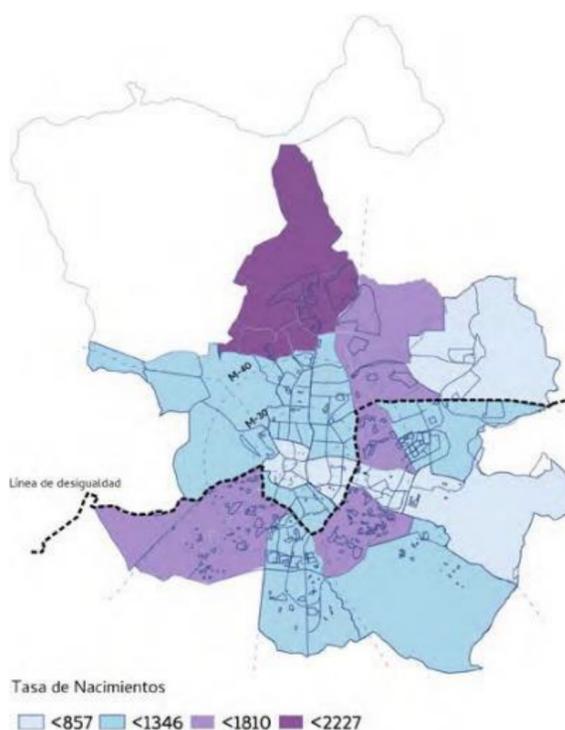
interior, e sistemas adequados de abastecimento e evacuação de água e resíduos. As casas antigas, com condições de vida hoje inadmissíveis, foram substituídas por construções mais seguras e saudáveis. No entanto, persistem problemas como as diferenças na esperança de vida entre bairros, a comercialização de habitações precárias e a sobrelotação.

Paralelamente à melhoria das infraestruturas, verificou-se uma mudança social no sentido de hábitos mais saudáveis e higiénicos, refletindo-se numa maior consciencialização para a limpeza urbana e responsabilidade cívica, resultado de anos de campanhas, leis e melhorias em equipamentos urbanos como contentores e caixotes do lixo.



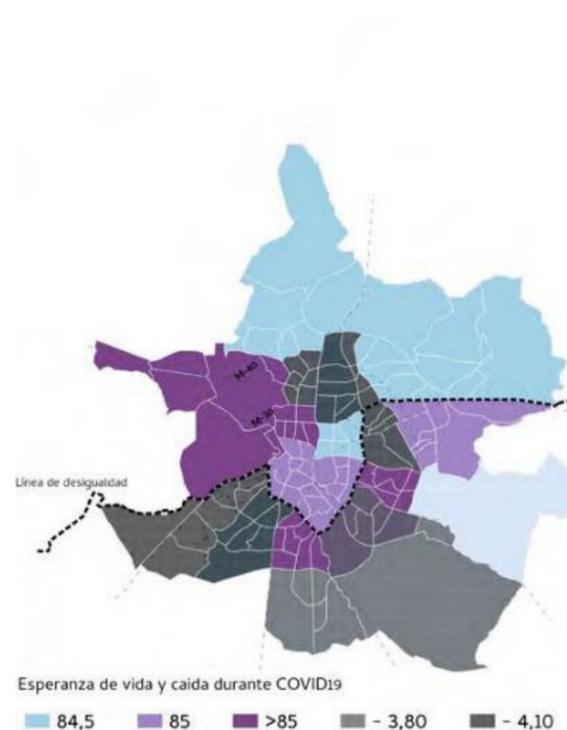
O bairro condiciona bem-estar e doenças. Os desequilíbrios em Madrid são significativos. Os bairros de maior renda, com maior expectativa de vida e menor incidência de doenças crónicas, em comparação com os mais vulneráveis, com menos recursos e serviços, apresentam piores indicadores de saúde devido a fatores socioeconómicos, como baixa renda, desemprego e moradia precária. Estas condições afetam a qualidade de vida e aumentam a incidência de doenças crónicas e mortalidade prematura.

Mapa: I. G. R., 2024. Fonte: Portal de dados abiertos da Câmara Municipal de Madrid para 2022.



Segundo dados de 2023, a taxa de natalidade apresenta diferenças espaciais, mas é baixa em toda a cidade. Esta situação pode ter implicações sociais a médio prazo se não forem tomadas medidas para promover a natalidade ou a migração. O envelhecimento da população pode provocar pressões sobre os sistemas de segurança social e reduzir a mão de obra disponível. Além disso, a falta de renovação geracional afeta a inovação e o crescimento económico.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Portal de dados abiertos da Câmara Municipal de Madrid para 2022.



As diferenças em matéria de saúde entre os bairros de Madrid, influenciadas pelo planeamento urbano e pelas políticas de habitação, não são triviais. Melhores infraestruturas e acesso a serviços de saúde em bairros de rendimentos mais elevados permitem um desenvolvimento mais pleno das capacidades dos seus residentes; Menos investimento em equipamentos de saúde, falta de recursos e menor qualidade do habitat reduzem a capacidade de desenvolver uma vida digna.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Portal de Datos Abiertos da Câmara Municipal de Madrid 2022 e Informe Gaceta Sanitaria DOI 10.1016/j.gaceta.2021.07.004



Capa de notícia, El Economista, Cristián Gallego, 17/07/2024



Capa de notícia, El Confidencial, Sánchez, 11/11/2022



Capa de notícia, National Geographic, Segi Alcalde, 16/05/2022

3.6. Capacidade de descansar e recrear

A capacidade de planejar o descanso e desfrutar de atividades recreativas formais e da natureza é fundamental para a justiça urbana porque garante uma vida saudável, incluindo a saúde mental. Garantir um acesso equitativo a espaços verdes e recreativos não só promove a atividade física e o bem-estar emocional, como também reforça a coesão social e reduz as disparidades socioeconómicas, oferecendo oportunidades iguais de recreação e descanso em ambientes saudáveis.

Nas cidades tradicionais, havia poucas instalações recreativas abertas ao público. Estádios, ginásios e parques não eram acessíveis a todos. Não foi até o século XIX que os parques

começaram a espalhar-se, como os do Retiro, Casa de Campo e Campo del Moro, em Madrid.

Desde então, as possibilidades de descanso e recreação têm sido reconhecidas e, com importância crescente, tanto do ponto de vista individual como coletivo, a ponto de considerá-las intrínsecas à vida urbana.

A abordagem baseada nas capacidades insiste em que a disponibilização adequada de instalações e zonas recreativas ou verdes não é, por si só, suficiente. O fundamental é que as pessoas tenham realmente a oportunidade de usá-los, por localização, horário, preços, segurança e tempo.



As políticas habitacionais do regime franquista caracterizavam-se pela "habitação", privilegiando a quantidade em detrimento da qualidade face às enormes carências derivadas da guerra e do êxodo rural. Nos complexos para famílias de alta e média renda, o espaço foi fornecido para futuras instalações e áreas verdes, mas nas cidades mais económicas, o espaço livre foi dedicado quase exclusivamente à estrada.

Aldeia dirigida de Caño Roto, La Latina, 1960. Fonte: Centro de Documentação do Ambiente e do Ordenamento do Território, Comunidade de Madrid.



O Plano de Renovação de Bairros da década de 1980 procurou melhorar a habitabilidade de áreas degradadas através da reabilitação de habitações e infraestruturas, mas o tratamento das zonas verdes e dos espaços de lazer foi limitada. Em contrapartida, o Plano Geral Urbano de 1997 tinha uma visão mais abrangente, expandindo parques, áreas ajardinadas e instalações recreativas, bairros existentes e novos.

Remodelação do Planalto das Orcasitas, 1984. Fonte: Pérez-Barja Internacional, dossiê de trabalhos, 2024



A avaliação das áreas verdes e de lazer na UPA é diferente. Destaca-se a maior presença de árvores nas ruas em comparação com outros bairros. No entanto, a preponderância de uma grande "estrada" e a concentração de equipamentos recreativos e grandes parques em locais específicos adjacentes às principais vias de comunicação, em vez de espaços de proximidade, dificulta a sua acessibilidade e reduz a sua funcionalidade no quotidiano do bairro.

Exibição da PAU de El Cañaveral, Vicálvaro, 2021. Fonte: El Cañaveral News Website, 2024.



Capa de notícia, BBC Mundo, Redacción, 31/05/2017



Capa de notícia, elDiario.es, Luis de la Cruz, 18/09/2023



Capa de notícia, vozpópuli, Némesis, 27/03/2018

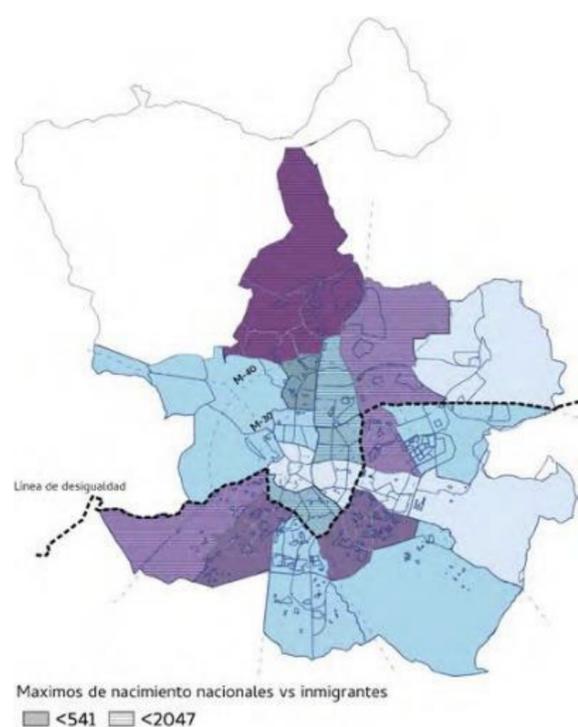
3.7. Capacidade de viver sem estigma

Ao promover o preconceito e a estigmatização, a inclusão social é dificultada, afetando desde a qualidade de vida até a saúde mental. Em Madrid, as políticas de habitação criaram bairros diferenciados pelos níveis de rendimento, segregando e homogeneizando a população, afastando-se de um reequilíbrio territorial favorável. Do ponto de vista da justiça urbana, este modelo incentiva a estigmatização social, onde se assegura a cronificação das desigualdades.

Condições de estigma. Foi demonstrado que aqueles que vivem em bairros desfavorecidos tendem a esconder os seus endereços em entrevistas de emprego e nas suas

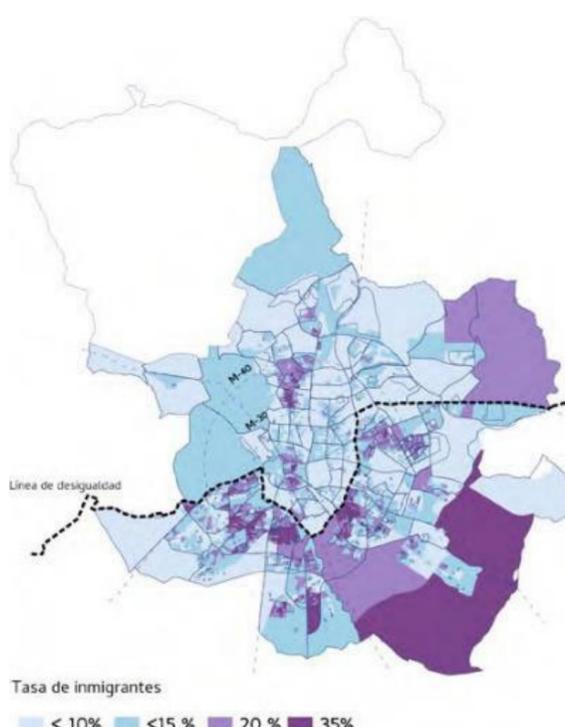
relações sociais. Clichés, que os media costumam aumentar, acentuando o seu carácter ideológico e que são habitualmente acompanhados pela singularidade estética da habitação pública "experimental".

Fomentar a empatia, a compreensão e o acompanhamento social são essenciais para enfrentar estes problemas e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Nessa linha, vale a pena mencionar as ações que promovem o "orgulho do bairro", gerando visibilidade positiva.



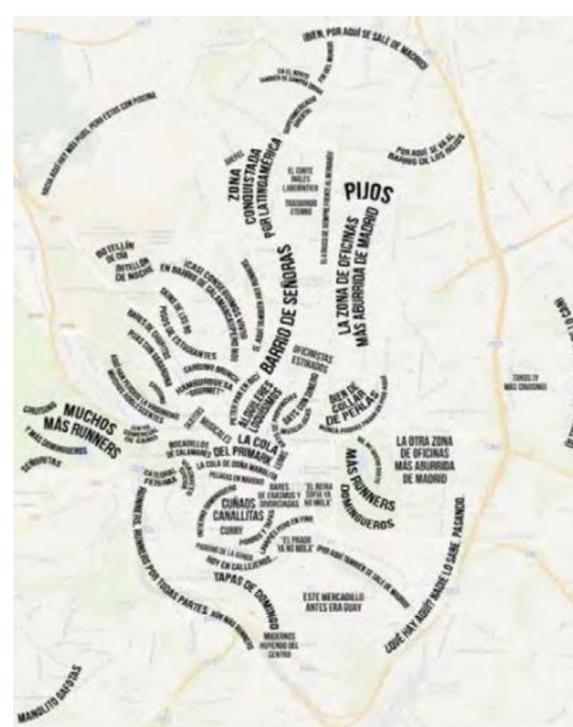
As perceções negativas de áreas com altas concentrações de pessoas da mesma nacionalidade, especialmente de países empobrecidos, surgem da cobertura mediática de um discurso político que liga problemas como o crime, a pobreza e a migração. Os preconceitos raciais e culturais e a atenção aos problemas destes bairros contribuem para uma imagem distorcida e estigmatizante que afeta as capacidades de inclusão destes grupos.

Fonte: INE, Indicadores Demográficos Básicos 2022, distritos con valores máximos en nacimientos por nacionalidade ou imigração.



Os produtos culturais, como filmes, séries e festivais, influenciam a criação de estigmas sociais, perpetuando estereótipos e preconceitos. Estes meios de comunicação podem reforçar ideias negativas sobre determinados grupos, moldando perceções e atitudes do público, o que contribui para a discriminação social, como é o caso da série Entrevías em Madrid, mas também podem promover a inclusão e o reforço de capacidades, como foi o caso do Festival de 16 km na Cañada Real.

Mapa: I. G. R., 2024. Fonte: INE, Taxa Bruta de Imigração do Estrangeiro, dados de 2022.



Os mapas mentais estereotipados são representações visuais que mostram os preconceitos e estereótipos associados a diferentes áreas ou grupos. Em Madrid, estes mapas colaborativos, como os do Hoodmaps da Google ou do multiplataforma BuzzFeed, rotulam bairros com descrições baseadas em estereótipos populares recolhidos dos meios de comunicação social e das redes sociais. Apesar de não terem base científica, dão conta de opiniões reais e perpetuam preconceitos, pelo que devem ser encarados com cautela.

Mapa dos estereótipos de Madrid. Fonte: BuzzFeed, 2016



Capa de notícia, Idealista, Cuántico Visual, 21/11/2019.



Capa de notícia, 20 Minutos Madrid, Silvia Ortiz, 05/02/2022.



Capa de notícia, Público, Arancha Ríos, 07/09/2018.

3.8. Capacidade de intervenção nos arredores

Ter a capacidade de controlar o ambiente onde vive é importante porque lhe permite satisfazer necessidades e aspirações pessoais, garantindo uma vida plena e justa.

Em Madrid, as políticas de habitação são um exemplo de decisões centralizadas, onde políticos, técnicos e promotores decidiram sobre a localização, conceção e tipologia da habitação. Ao não considerar as reais necessidades e aspirações dos vizinhos, a Justiça Urbana fica comprometida, obrigando os moradores a viverem onde e como determinam aqueles que tomam as decisões.

Nos primeiros conjuntos habitacionais públicos, a proximidade da cidade e das instalações existentes permitiu aos residentes manter o seu estilo de vida habitual. No entanto, desde a terceira etapa analisada, os bairros residenciais deixaram de ter a mistura de funções (viver, trabalhar, recreação), densidade e vitalidade típicas da cidade tradicional. Um modelo dispendioso em termos de consumo de energia e prejudicial em termos de eficiência e saúde mental, uma vez que exige longas viagens obrigatórias. É surpreendente que esta situação seja aceite como inerente às metrópoles, e não como consequência do urbanismo que adotamos.



Madrid tem uma rede ativa de associações de bairro que desenvolvem várias atividades, mas vários estudos indicam que estes processos nem sempre são eficazes ou inclusivos, destacando que as decisões de planeamento urbano são geralmente dominadas por interesses políticos e económicos, o que pode reduzir a influência dos cidadãos no planeamento e gestão urbana. (Urban Live Lab, 2022).

Mapa: Ações para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Madrid, 2023. Fonte: FAVM e Rede de ONG de Madrid, projeto «Construir Bairros 2030».



As hortas urbanas tornaram-se um elemento visível da participação dos cidadãos. Nos 126 bairros de Madrid há 67 pomares registados, incluindo escolas. As diferenças socio-espaciais são importantes: de acordo com um relatório da UPM (ITD, 2021), as hortas escolares em bairros privilegiados cumprem uma função de educação ambiental e alimentação saudável, enquanto em distritos de baixa renda, visam criar um ambiente motivador que melhore o desempenho académico.

Mapa: I. G. R., 2024. Fonte: georef. manual do registo portal Huertos Urbanos Comunitarios, Madrid, Ayto. Madrid.



O Airbnb e a incapacidade (ou relutância) da cidade em controlar a expulsão de moradores, também se estende às linhas de metrô. "Basta olhar para o mapa da Airbnb para termos consciência da dimensão do problema da habitação turística em Madrid. 25.500 casas que provocam o aumento das rendas (84% na última década) e deslocam os moradores dos seus bairros" (Reyes Maroto, 2024).

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: Padronização de dados abertos de 2023 do Airbnb para definir a densidade unitária de superfícies representadas em hexágonos.



Capa de notícia, El Salto, Susana Albarrán, 13/05/2020.



Capa de notícia, Unicef Educa, 2021, com imagem da horta da Fundación Montemadrid.



Capa de notícia, Aquí Madrid, Edición, 04/07/2024.

3.9. Capacidade de viver em ambientes construídos

Bairros heterogêneos, com a sua reunião de visões de mundo, combatem estereótipos, promovem equidade e melhoram o bem-estar emocional, além de impulsionar o desenvolvimento económico sustentável e preparar os indivíduos para serem cidadãos globais.

As políticas habitacionais de Madrid, centradas na construção de bairros socialmente homogêneos, limitaram o desenvolvimento desta capacidade. A homogeneidade restringe a interação entre pessoas de diferentes origens socioeconómicas, reduzindo a oportunidade de desenvolver a capacidade de viver em ambientes inclusivos.

A segregação exacerbou as desigualdades no acesso a recursos essenciais, como a educação, o emprego e os serviços de saúde, impedindo muitas pessoas de atingir o seu potencial pleno. A configuração de "bairros dormitórios", carentes de vitalidade comunitária e de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, tem perpetuado ciclos de exclusão social e marginalização. Os novos empreendimentos de Madrid continuam a promover uma cidade social e espacialmente homogênea, onde a configuração dos edifícios dificulta as atividades e relações no espaço urbano.



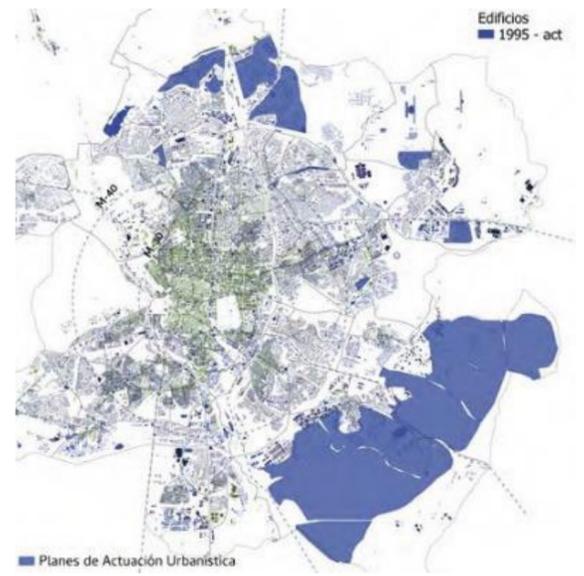
O facto de Madrid ser uma cidade consolidada, quase sem espaços disponíveis, não é um desafio pequeno para a construção de ambientes construtivos. A falta de terrenos disponíveis obriga à opção pela reabilitação e melhoria criativa das áreas existentes, enfrentando desafios como a segregação, gentrificação e facilitando o acesso à habitação para manter os bairros.

Mapa: espaços vagos em Madrid, de acordo com os usos do solo SIGPAC. Fonte: Madrid Borden Sur, 2024, para Planeamento de Proximidade UPM.



O planeamento urbano e as políticas de habitação podem ter efeitos muito negativos na consecução do equilíbrio territorial. Paradigmático é o caso do anel viário M30, criticado por ser uma barreira que divide a cidade física e psicologicamente. Pelo contrário, Madrid Río mostra que, quando as barreiras são removidas e espaços públicos agradáveis e seguros são criados, a interação e o senso de comunidade são incentivados.

Mapa: Madrid-Río, Grupo de Investigadores do Parque Linear de Manzanares, s/data.



Os novos bairros em construção representam um investimento imobiliário sem precedentes. Esta nova e enorme periferia de PAUs segue o modelo das cidades-dormitório, priorizando a construção maciça de habitações em detrimento de infraestruturas, serviços públicos e emprego local. O espaço público é incontrolável devido às suas dimensões concebidas para o tráfego rodoviário à escala humana.

Mapa: I. G. Redondo, 2024. Fonte: ver nota 2. Políticas públicas de habitação em Madrid.



Capa da notícia, TecScience, Inés Gutiérrez, 21/03/2024.



Capa da notícia, EYS Municipales, Miguel Ángel Ajuriaguerra, 04/05/2021.



Primeira página sobre o futuro PAU de Los Ahijones, El periódico de España, Analía Plaza, 23/04/2023.

Conclusões

A análise dos fenómenos urbanos do ponto de vista das capacidades proporciona uma visão mais profunda do que as avaliações quantitativas, centrando-se no indivíduo. Estudar as políticas de habitação e o seu impacto na forma como as cidades são habitadas oferece uma radiografia da sua história, revelando como cada bairro criado reflete não só o seu urbanismo, mas também a sociedade e a vida que alberga.

As políticas de habitação em Madrid evoluíram de uma simples oferta de habitação para uma abordagem mais abrangente.

No entanto, o estudo revela que basear as políticas de habitação apenas em critérios quantitativos é questionável a partir da Abordagem das Capacidades. Em Madrid, a construção de bairros homogéneos com poucas instalações transformou modos de vida e fomentou o classismo onde o bairro de residência define a identidade dos seus habitantes.

Face à atual crise habitacional, prometia-se mais uma vez a construção massiva de habitações em bairros homogéneos, o que poderá repetir erros do passado. Para alcançar uma cidade mais justa, é crucial abandonar as ideias de "um país de proprietários" e "habitação primeiro, depois urbanismo", e concentrar-se em abordagens que facilitem o acesso a habitação decente a preços acessíveis e nas cidades como locais de encontro e oportunidade.

“As cidades têm a capacidade de proporcionar algo para todos, apenas porque, e apenas quando, são criadas por todos. Não há lógica que possa ser imposta à cidade; são as pessoas que a fazem, e é a elas, e não aos edifícios, que os nossos planos devem ser adaptados.”

—
Jane Jacobs, “The Death and Life of Great American Cities”, 1961



6

EXPOSIÇÃO

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

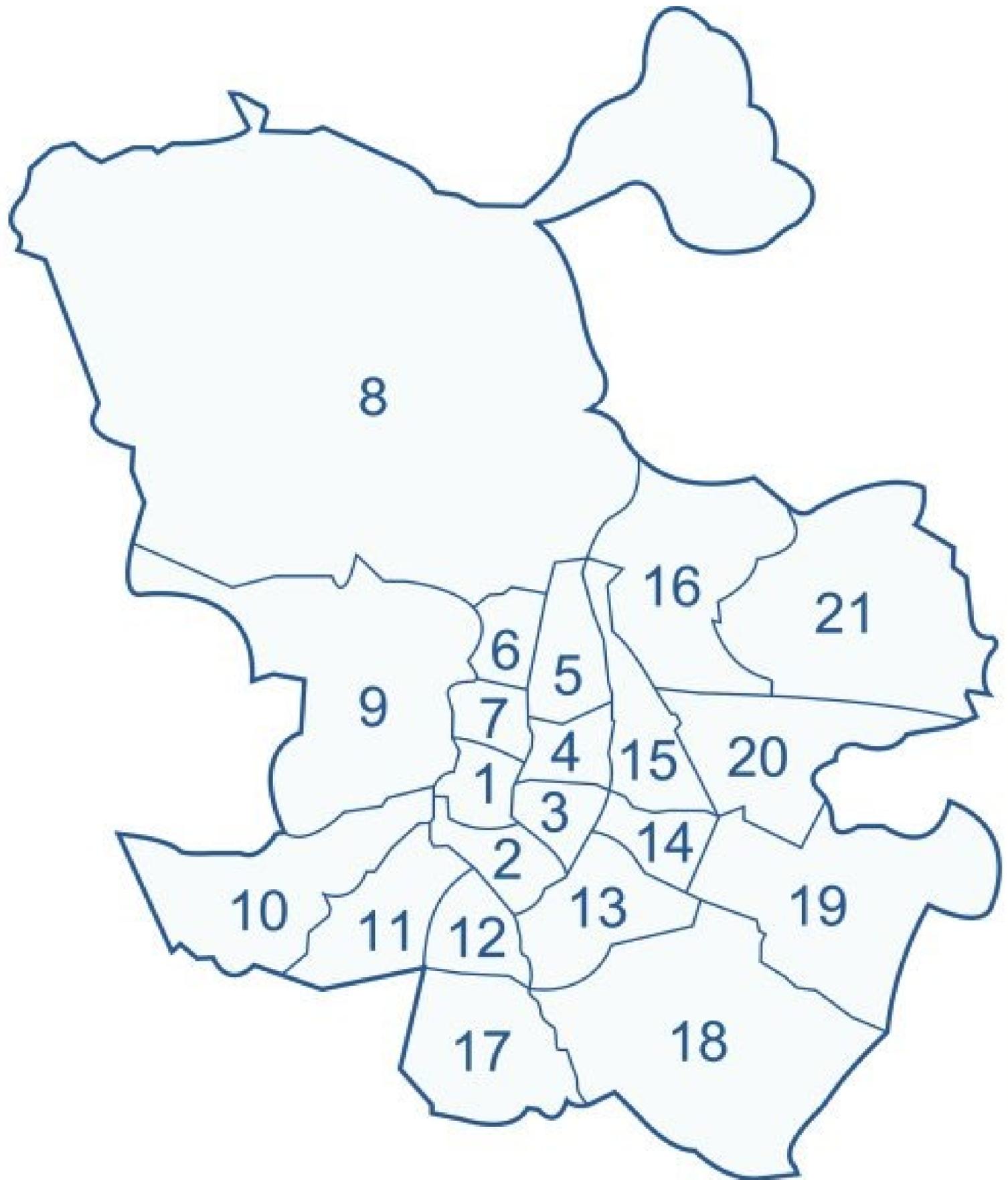
Uma revisão da abordagem das capacidades

Distritos de Madrid

JUSTIÇA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID

Uma revisão da abordagem das capacidades

Mapa dos 21 distritos de Madrid



- | | | |
|---------------|--------------------------|---------------------------|
| 1. Centro | 8. Fuencarral - El Pardo | 15. Ciudad Lineal |
| 2. Arganzuela | 9. Moncloa – Aravaca | 16. Hortaleza |
| 3. Retiro | 10. Latina | 17. Villaverde |
| 4. Salamanca | 11. Carabanchel | 18. Villa de Vallecas |
| 5. Chamartín | 12. Usera | 19. Vicálvaro |
| 6. Tetuán | 13. Puente de Vallecas | 20. San Blas – Canillejas |
| 7. Chamberí | 14. Moratalaz | 21. Barajas |

Este mapa é fornecido para aqueles que não conhecem Madrid em detalhe, permitindo localizar os lugares mencionados ao longo da exposição

7

EXPOSIÇÃO

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

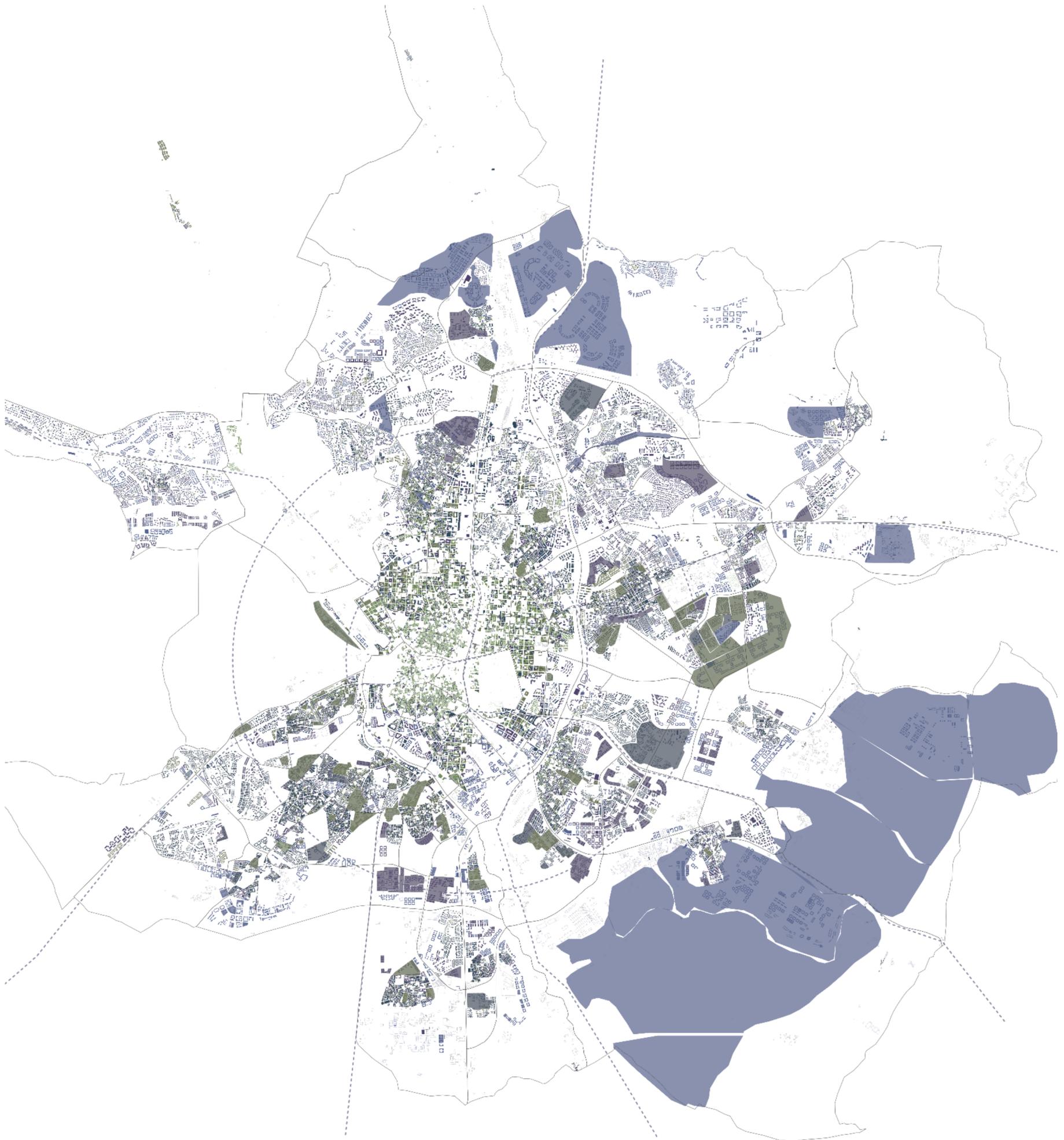
Uma revisão da abordagem das capacidades

Cartografia original da pesquisa

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID. MAPA SÍNTESE

STAGES OF PUBLIC POLICIES IN MADRID. SYNTHESIS MAP

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



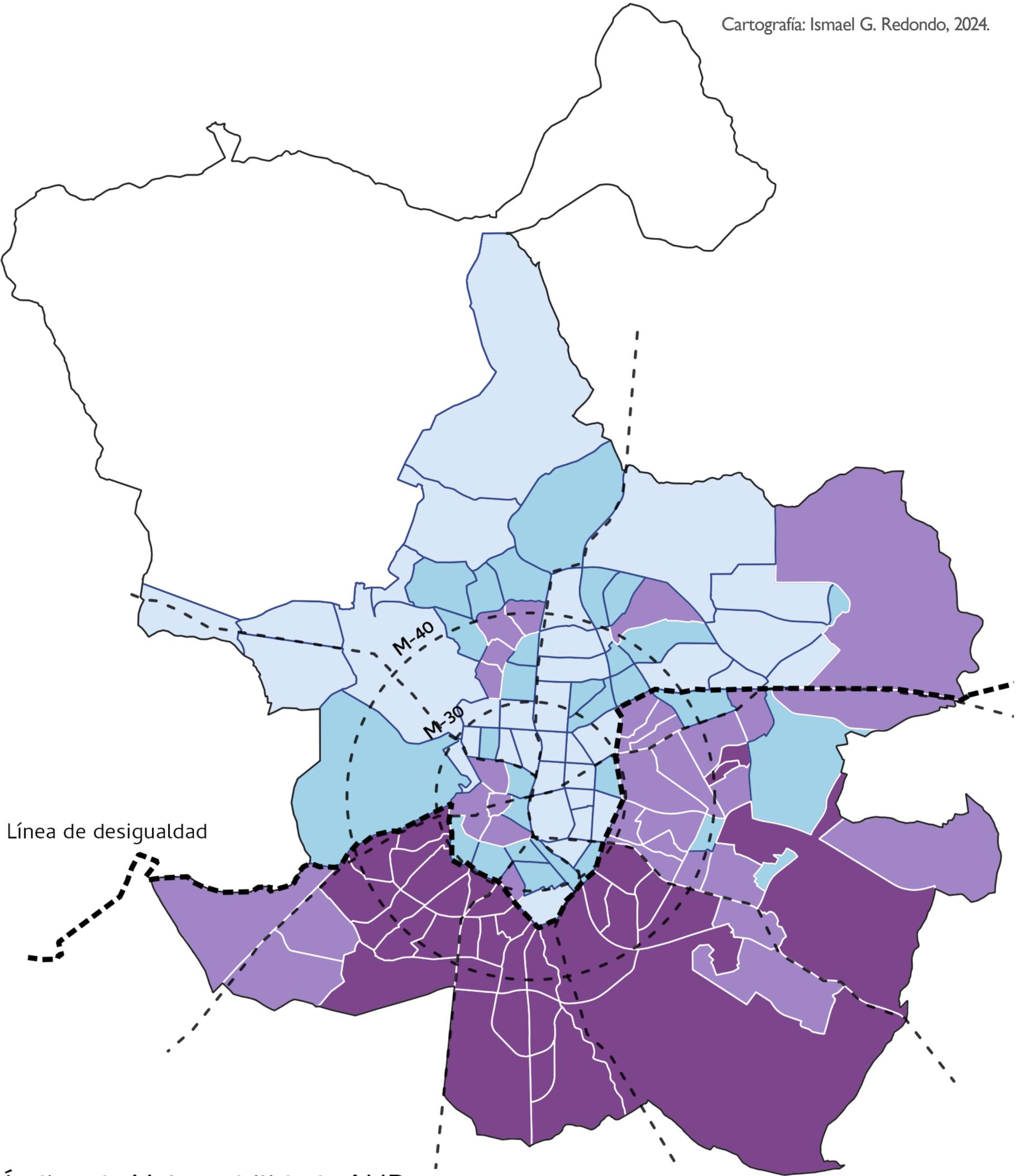
1845-1936 1939-1959 1959-1975 1978-1995 1995-Act

Períodos: Lei da Caridade, Leis das Casas Baratas, Autarquia Franquista e Desenvolvimentismo, Programa de Remodelação de Bairros, Planos de Ação Urbana. Com base no tecido do edifício público: portal cadastral, filtro de idade de construção e contextualização de grupos de construção, graças à cartografia manual do Atlas da Habitação Pública 1940-2010.

ÍNDICE DE DESIGUALDADE TERRITORIAL, MADRID, 2022

TERRITORIAL INEQUALITY INDEX, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Índice de Vulnerabilidad -AHP

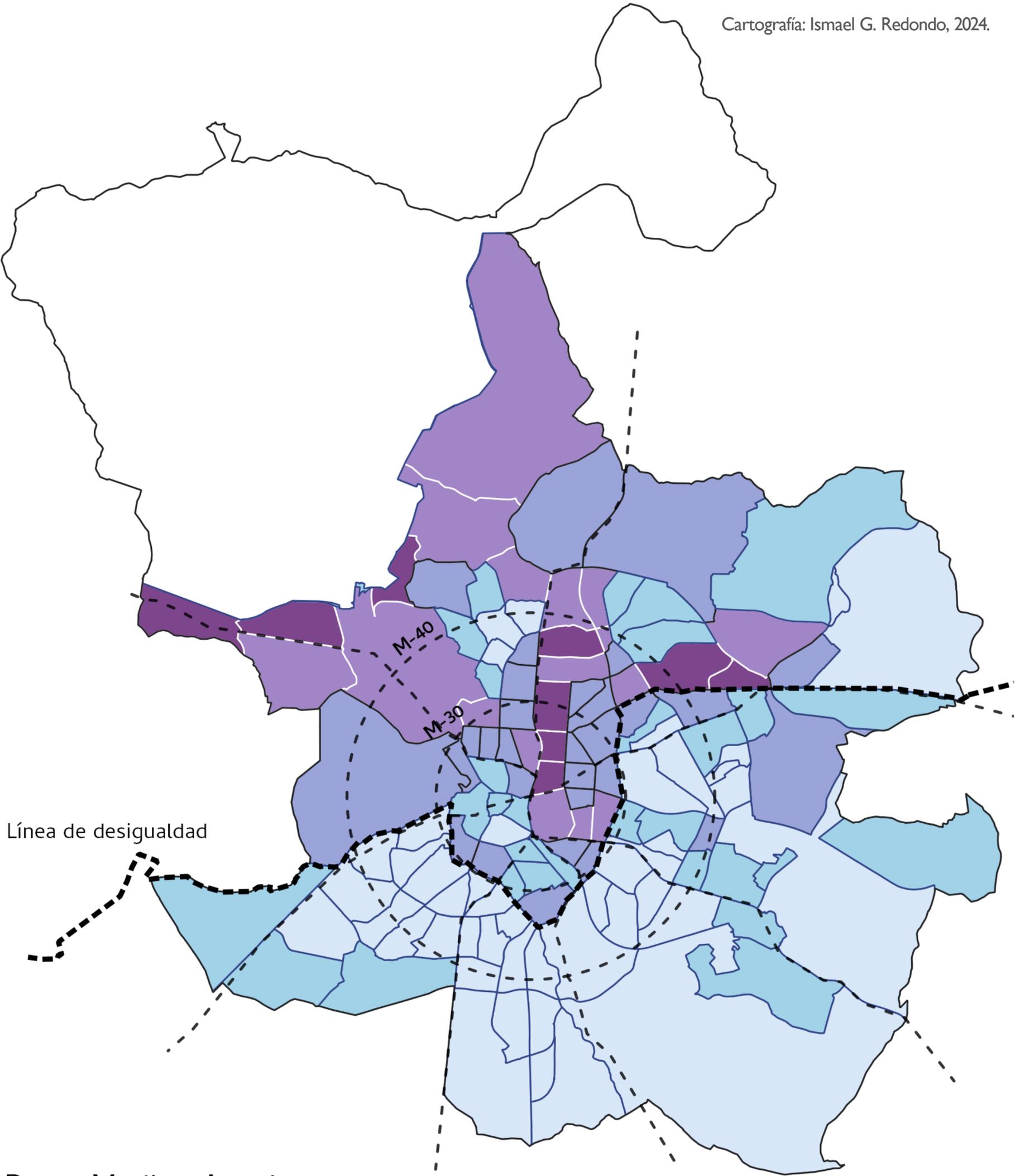
1,45 1,70 2,03 2,74

Índice de desigualdade baseado em três indicadores públicos, AROPE-EU Vulnerability Index, Taxa de Desemprego (INE), Rendimento Médio (Geoportal). Representação automática, filtragem territorial, agrupamento e representação de dados.

RENDIMIENTO MÉDIO ANUAL, MADRID, 2022

AVERAGE ANNUAL INCOME, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Renta Media - Anual

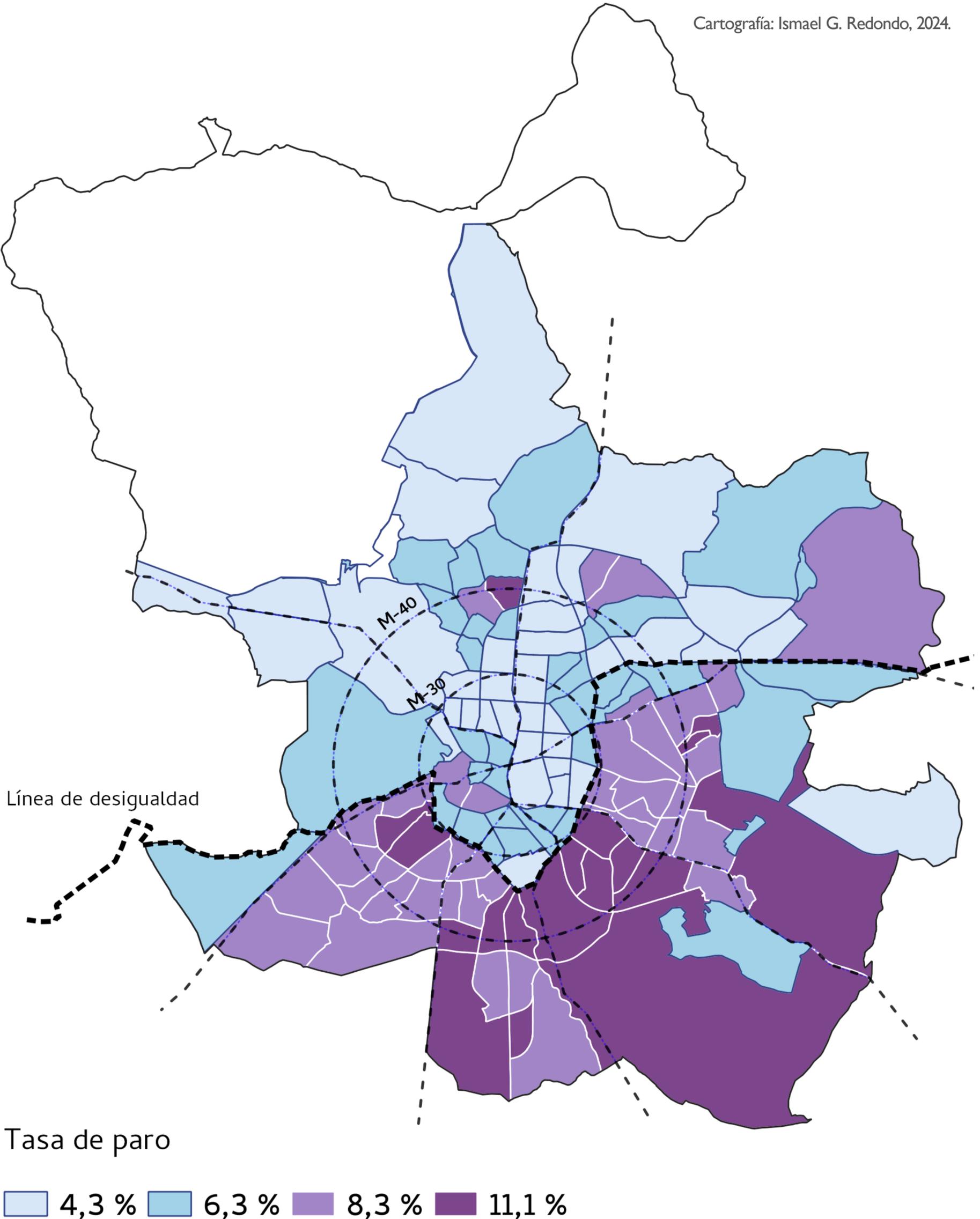


O rendimento médio anual mediano foi de 20.284 euros em 2022, refletindo uma forte segregação económica entre distritos. Fonte: Instituto Nacional de Estadística, INE, Inquérito às Condições de Vida, 2022.

TAXAS DE DESEMPREGO, MADRID, 2023

UNEMPLOYMENT RATES, MADRID, 2023

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.

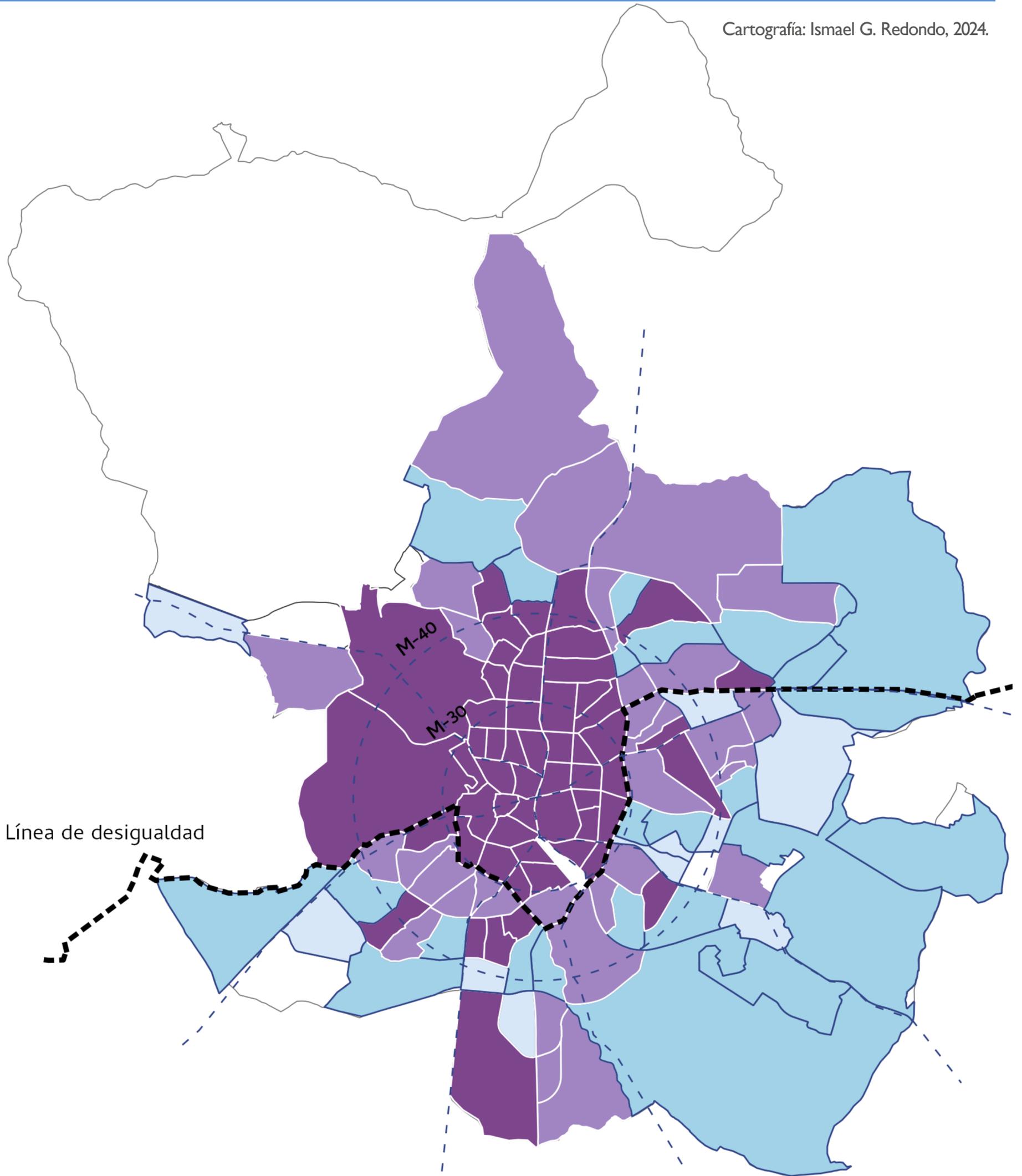


O território reflete a coincidência entre os distritos com maiores níveis de vulnerabilidade, menores rendimentos e menor empregabilidade, acentuando o risco de exclusão social e perpetuando a segregação socioespacial. Fonte: INE, Atividade, desemprego e taxas de emprego, 2023.

RENDAS ANUAIS PARA A COMPRA DE UMA CASA DE 80 M2, 2024

ANNUAL RENTS FOR THE PURCHASE OF A 80 M² HOME, 2024

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Nº de Rentas medias anuales para la compra de vivienda de 80 m²

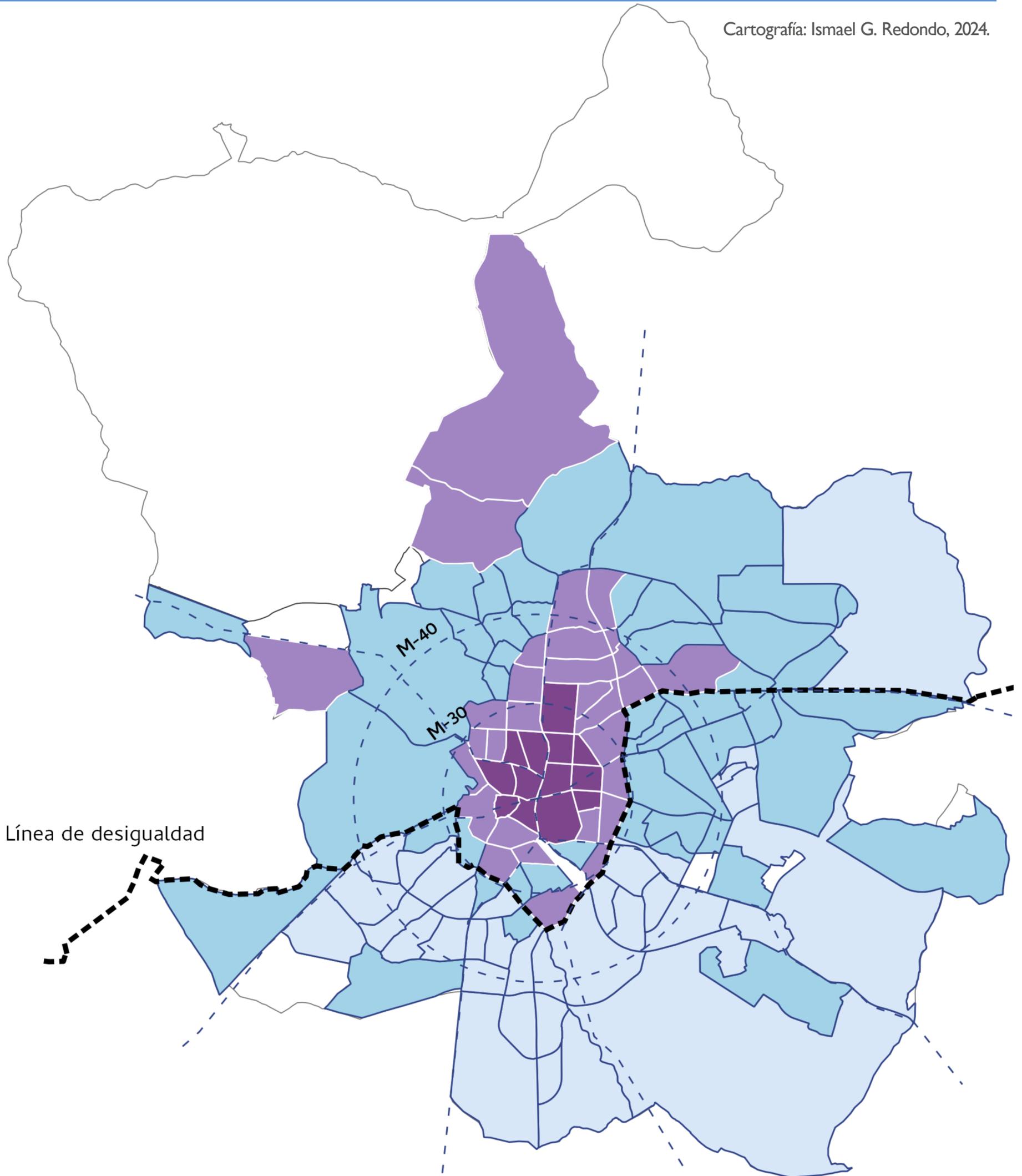
26 43 62 95

Número de rendas médias anuais para a compra de uma casa de 80 m². Base de dados de desenvolvimento manual através de dados de portais imobiliários em junho de 2024. Filtro de dados subsequente para a amostra necessária, cruzando dados com um banco de dados público de renda média.

RENDAS ANUAIS PARA ARRENDAR UMA CASA DE 80 M2, 2024

ANNUAL RENTS FOR THE PURCHASE OF A 80 M² HOME, 2024

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Porcentaje de la renta anual para el alquiler de un piso de 80 m²

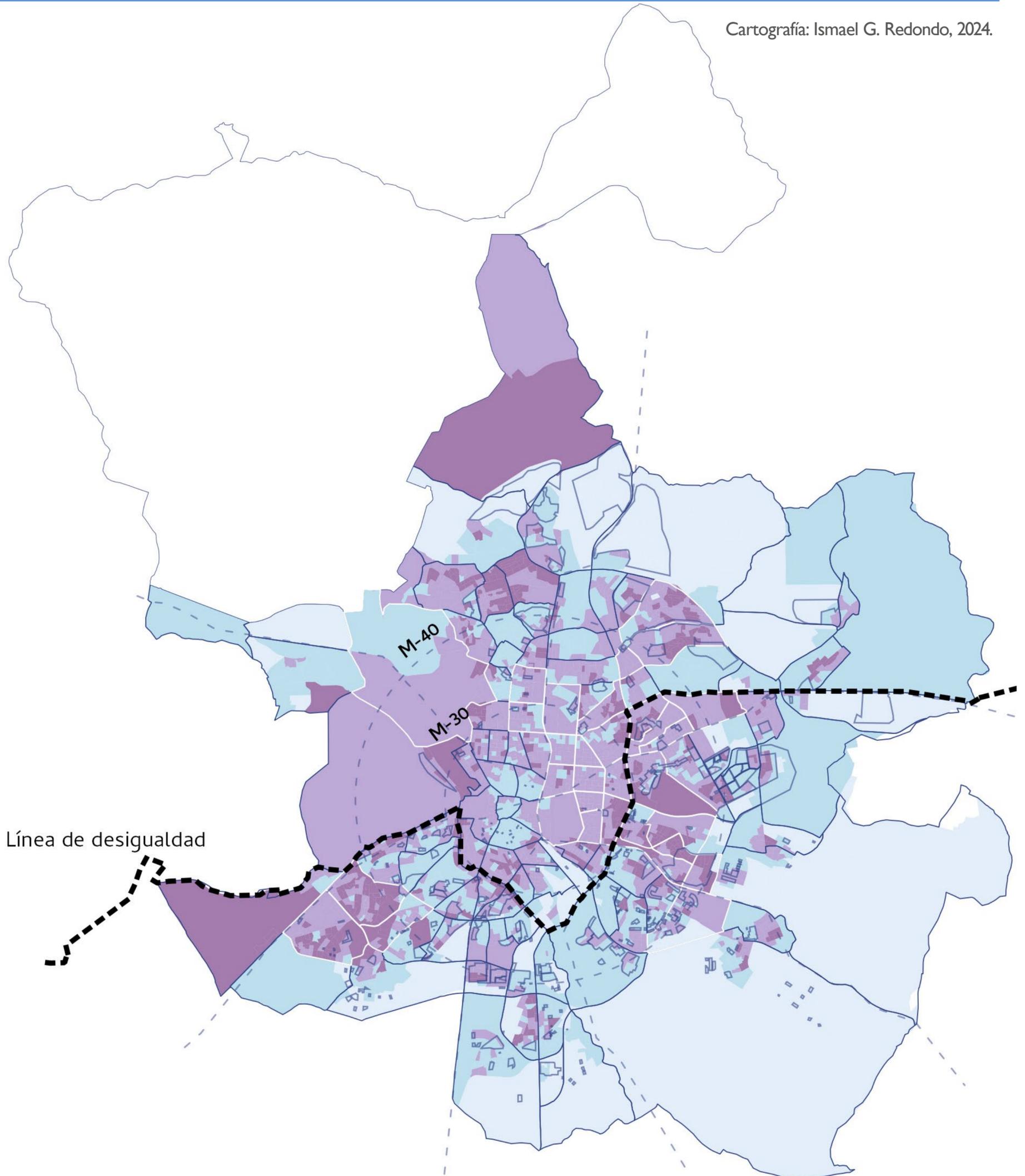
< 22,5% < 37,2% < 54,2% < 90%

Percentagem da renda anual dedicada ao arrendamento de um apartamento de 80 m². Base de dados de desenvolvimento manual através de dados de portais imobiliários a partir de junho de 2024. Filtro de dados subsequente para a amostra necessária, cruzando dados com uma base pública de renda média.

IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO, MADRID, 2022

AVERAGE AGE OF THE POPULATION, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Edad media de la población

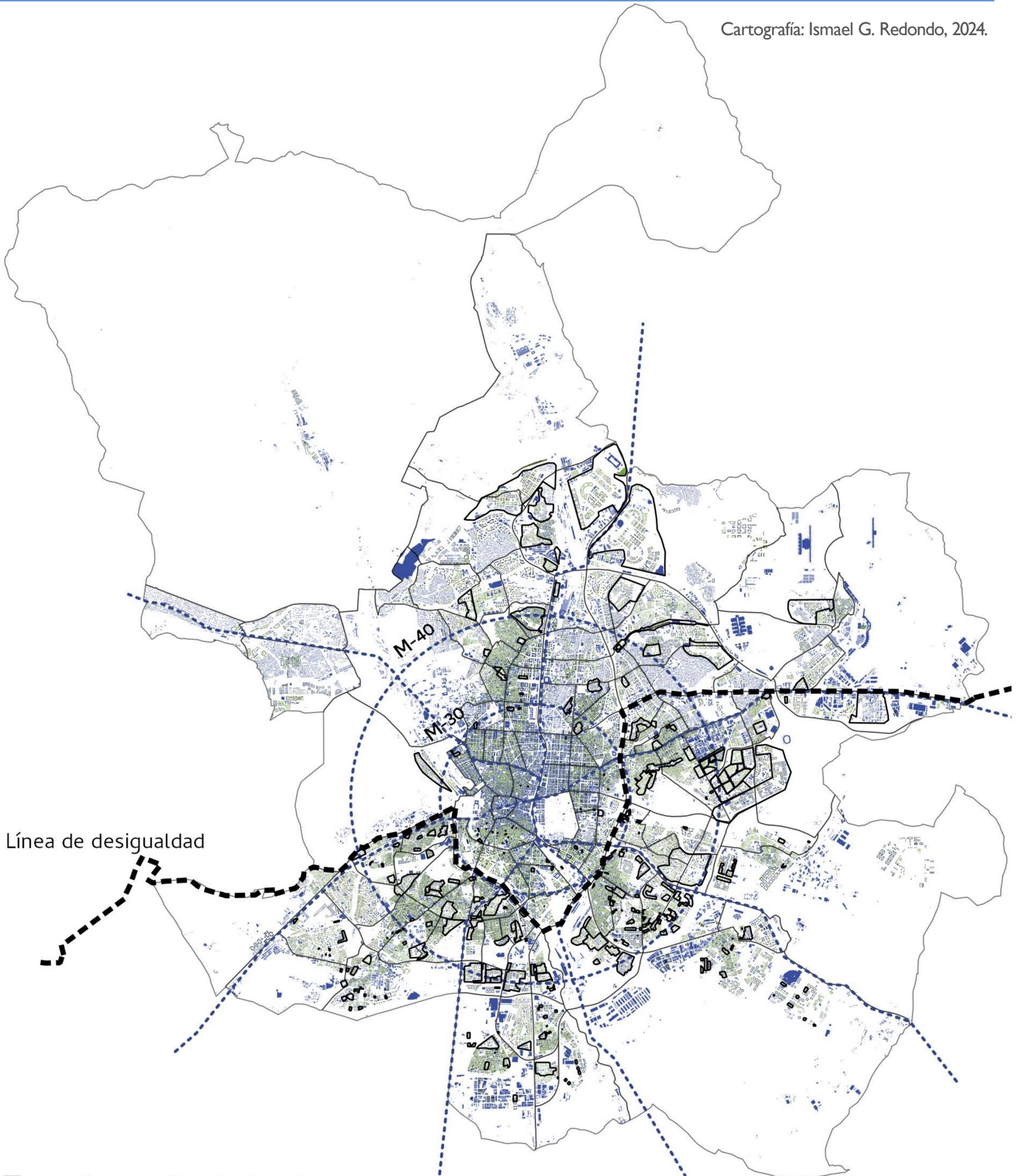


Idade média da população, Inquérito aos Indicadores Demográficos Básicos Instituto Nacional de Estatística, 2022.

TAMANHO MÉDIO DOS AGREGADOS FAMILIARES, MADRID, 2024

AVERAGE HOUSEHOLD SIZE, MADRID, 2024

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Tamaño medio de los hogares

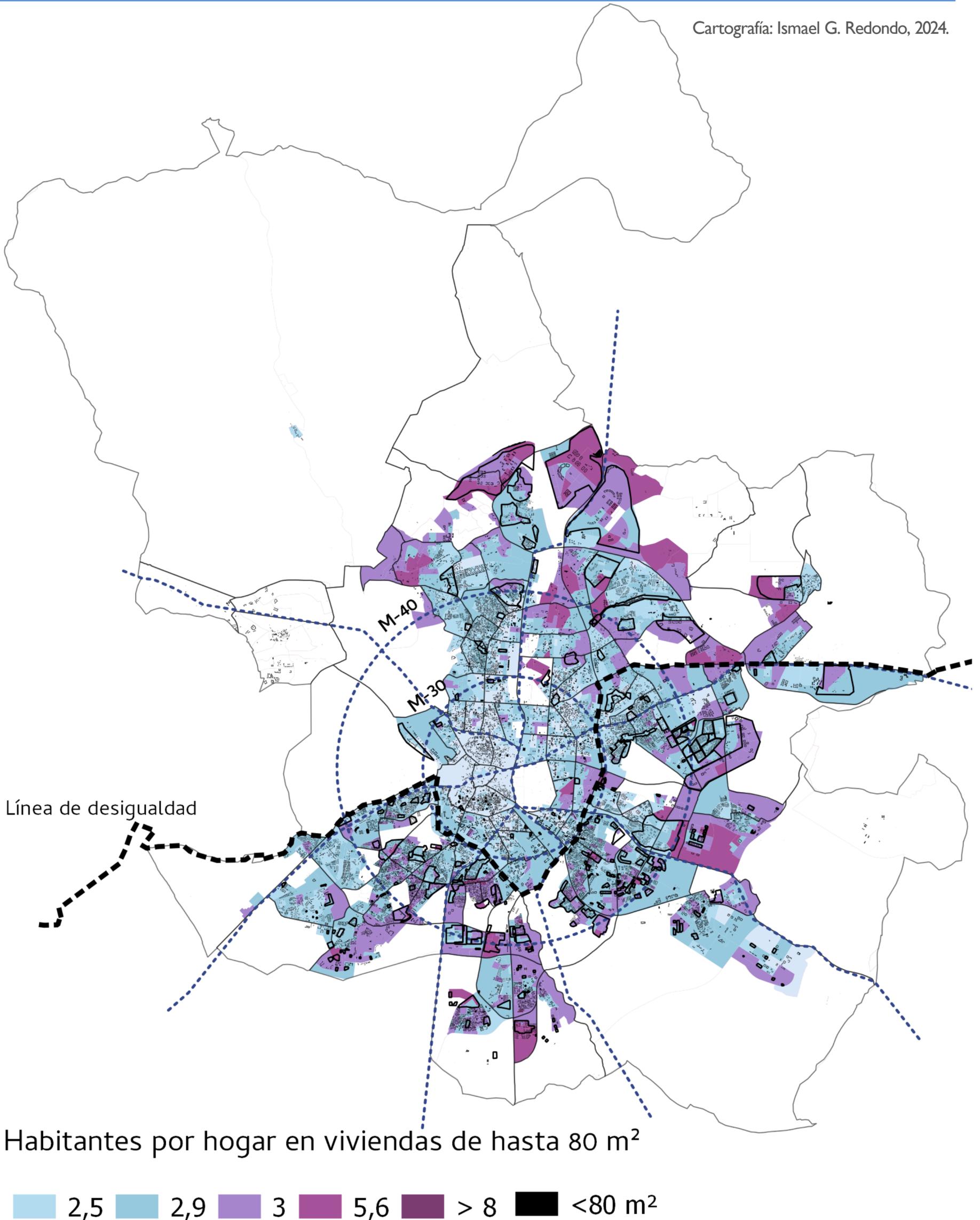
■ < 60 ■ < 80 ■ < 140 ■ < 200

Dimensão dos agregados familiares por agregado familiar. Com base em informações públicas, Cadastro Eletrónico, definindo 5 escalas de análise, 2024, com filtragem e representação de dados.

HABITANTES POR AGREGADO FAMILIAR EM HABITAÇÕES ATÉ 80 M2, 2022

INHABITANTS PER HOUSEHOLD IN DWELLINGS UP TO 80 M², 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Habitantes em habitações até 80 m², para não falar das maiores. Fonte: Cruzamento 2022 do Cadastro com o número de habitantes por distrito do Registo Municipal da Câmara Municipal de Madrid.

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E PPV, MADRID, 1950-1970

TRANSPORT INFRASTRUCTURE AND PHP, MADRID, 1950-1970

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Infraestructura de Transporte 1950-1970

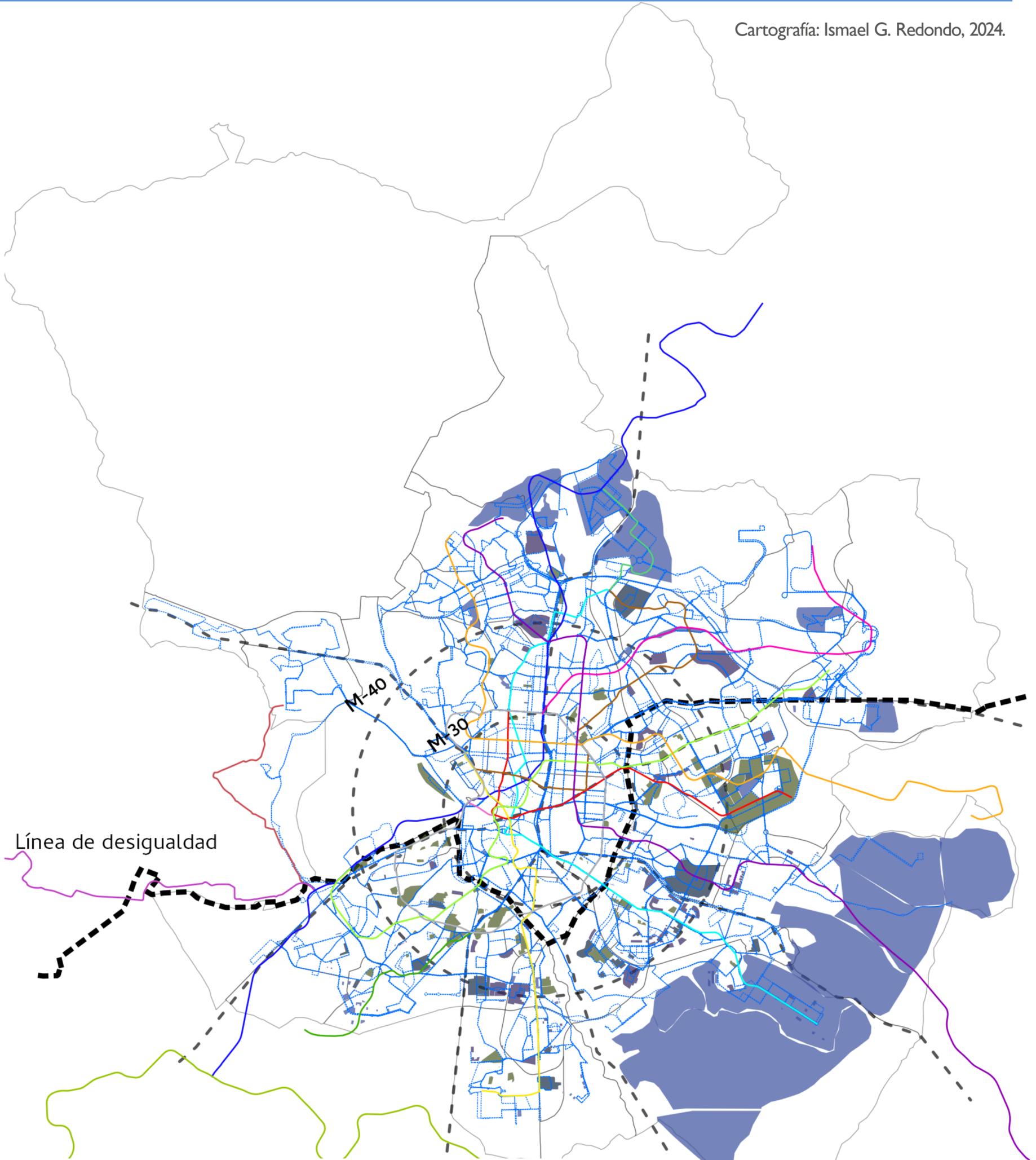
- | | | | | | | | | |
|------------------------|---------|-----------------|---------|-----------------|---------|------------|---|-----------------|
| Desarrollo de vivienda | — — — — | METRO 1926 | — — — — | metro 1945 | ⊕ | metro 1957 | ⊗ | Estaciones 1969 |
| ■ 1939 - 1959 | ◊ | Estaciones 1926 | ⊗ | Estaciones 1945 | — — — — | metro 1969 | — | EMT 1950 |
| ■ 1959 - 1969 | | | | | | | | |

Infraestructuras de transportes e principais conjuntos habitacionais, 1950-1970. Consórcio Regional de Transportes de Madrid, CRTM. Georreferenciação anual de dados históricos e representação de dados públicos.

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E PPV, MADRID, 2024

TRANSPORT INFRASTRUCTURE AND PHP, MADRID, 2024

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Infraestructura de Transporte actualidad

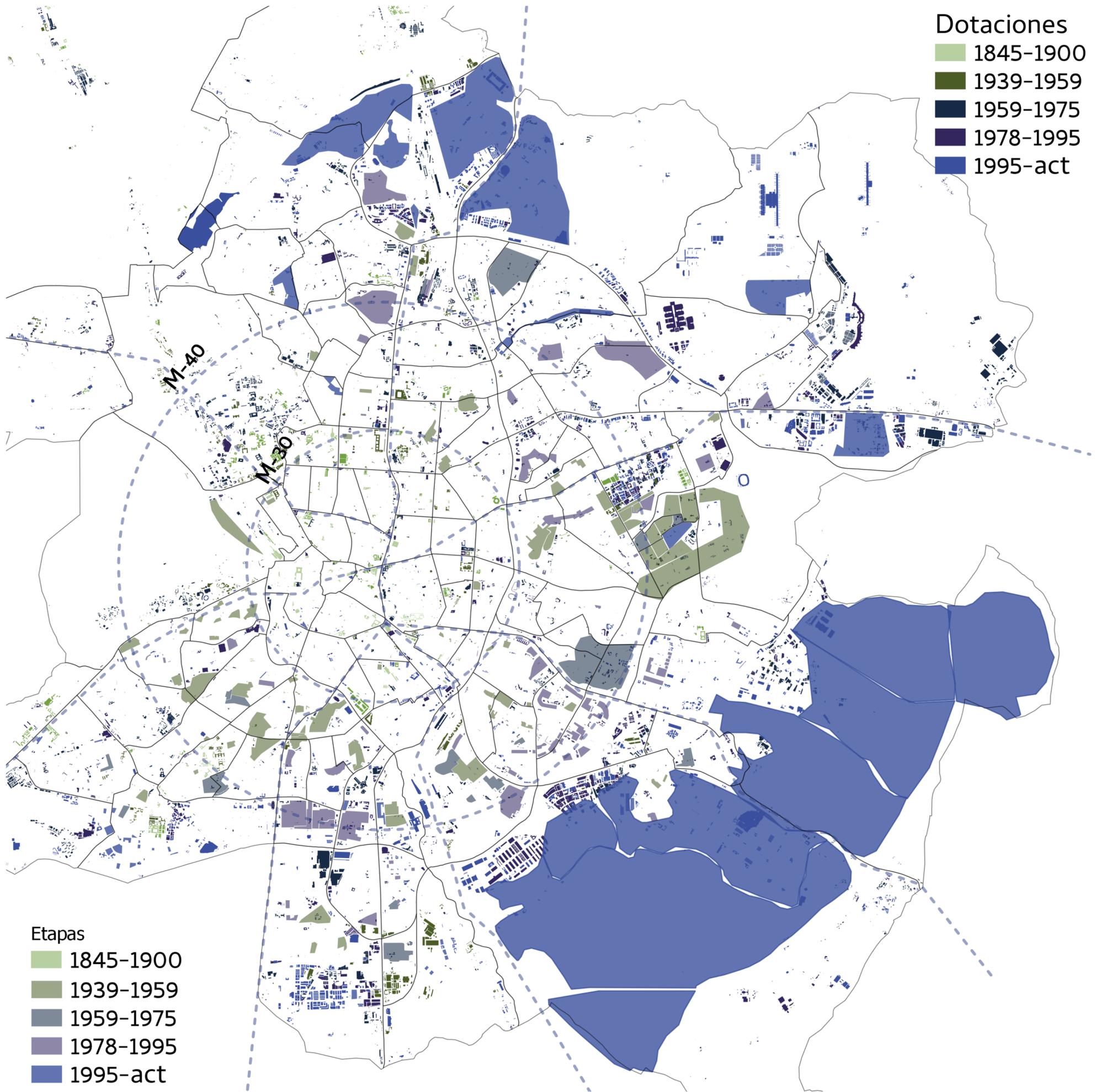
Desarrollo de vivienda	1978 - 1994	Metro	11	3	6	9	EMT
1939 - 1959	1995 - act	1	12	4	7	Ramal	
1959 - 1978		10	2	5	8		

Infraestructura de Transportes e Grandes Conjuntos Habitacionales, 2024. Consórcio Regional de Transportes de Madrid, CRTM. Georreferenciación anual de datos históricos e representação de dados públicos.

FUNDOS URBANOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS, MAPA RESUMO

URBAN ENDOWMENTS AND HOUSING DEVELOPMENTS, SUMMARY MAP

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.

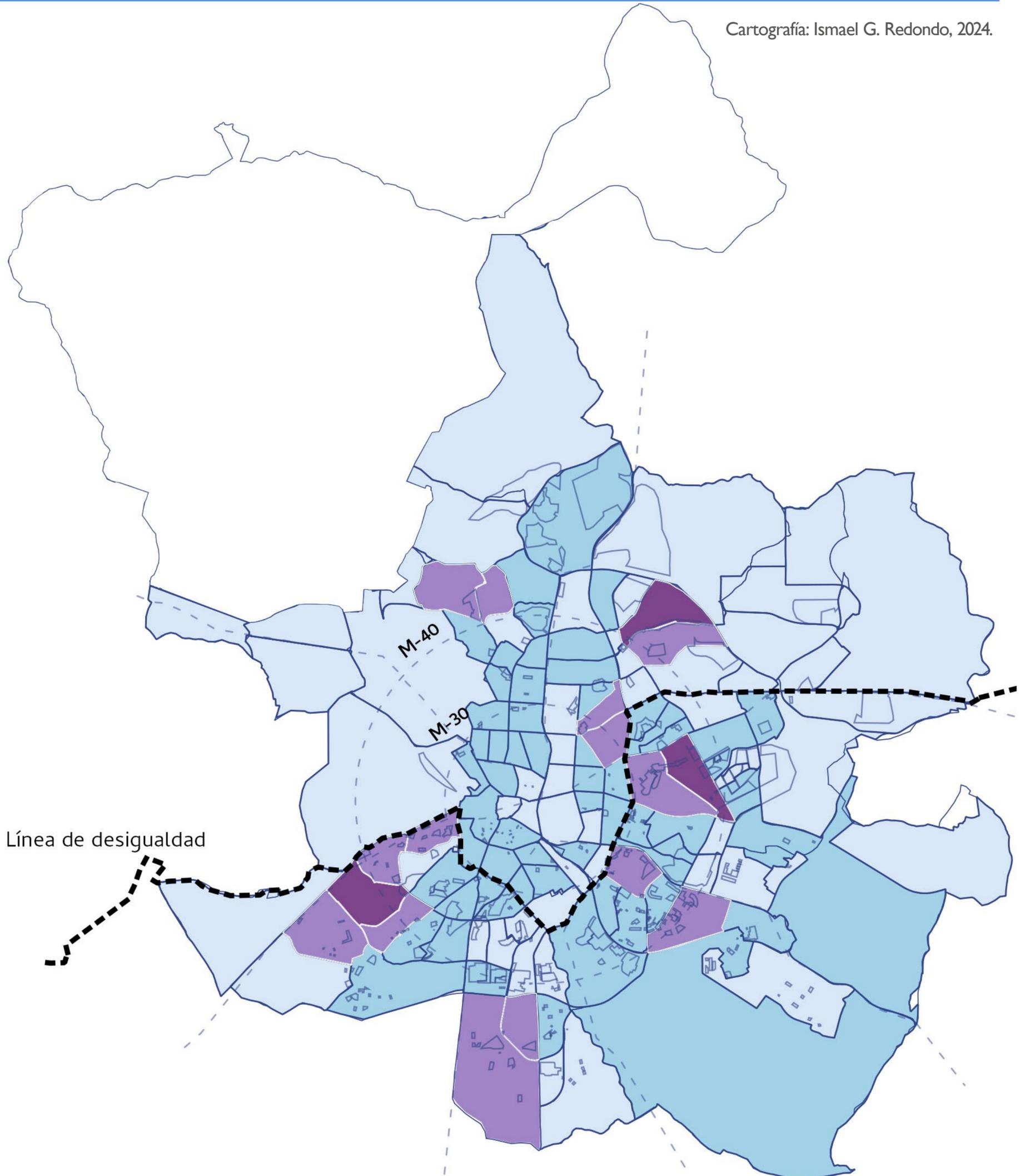


Localização dos equipamentos obtida com dados públicos da Sede Eletrónica do Cadastro, 2024. Filtro de seleção e georreferenciação manual dos empreendimentos públicos.
 Fonte: INE, Taxas de atividade, desemprego e emprego, 2024.

TAXA DE MORTALIDADE POR BAIRRO, MADRID, 2022

MORTALITY RATE BY NEIGHBORHOODS, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Tasa de mortalidad

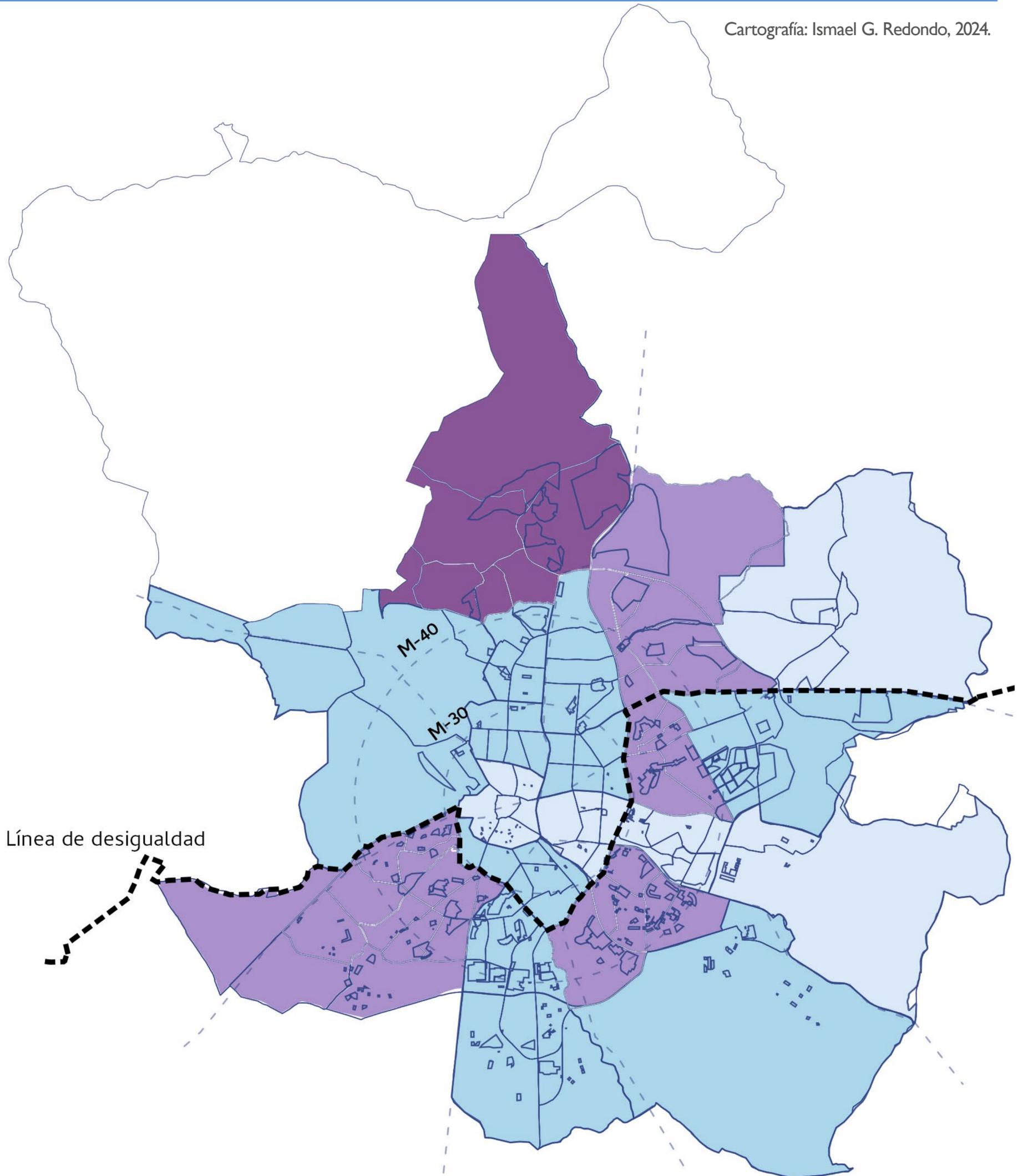


Tasa de mortalidade, cruzamento de dados do Instituto Nacional de Estatística, INE, e do Portal de Dados Abertos da Câmara Municipal de Madrid para 2022.

TAXA DE NATALIDADE POR BAIRRO, MADRID, 2022

BIRTH RATE BY NEIGHBORHOODS, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Tasa de Nacimientos

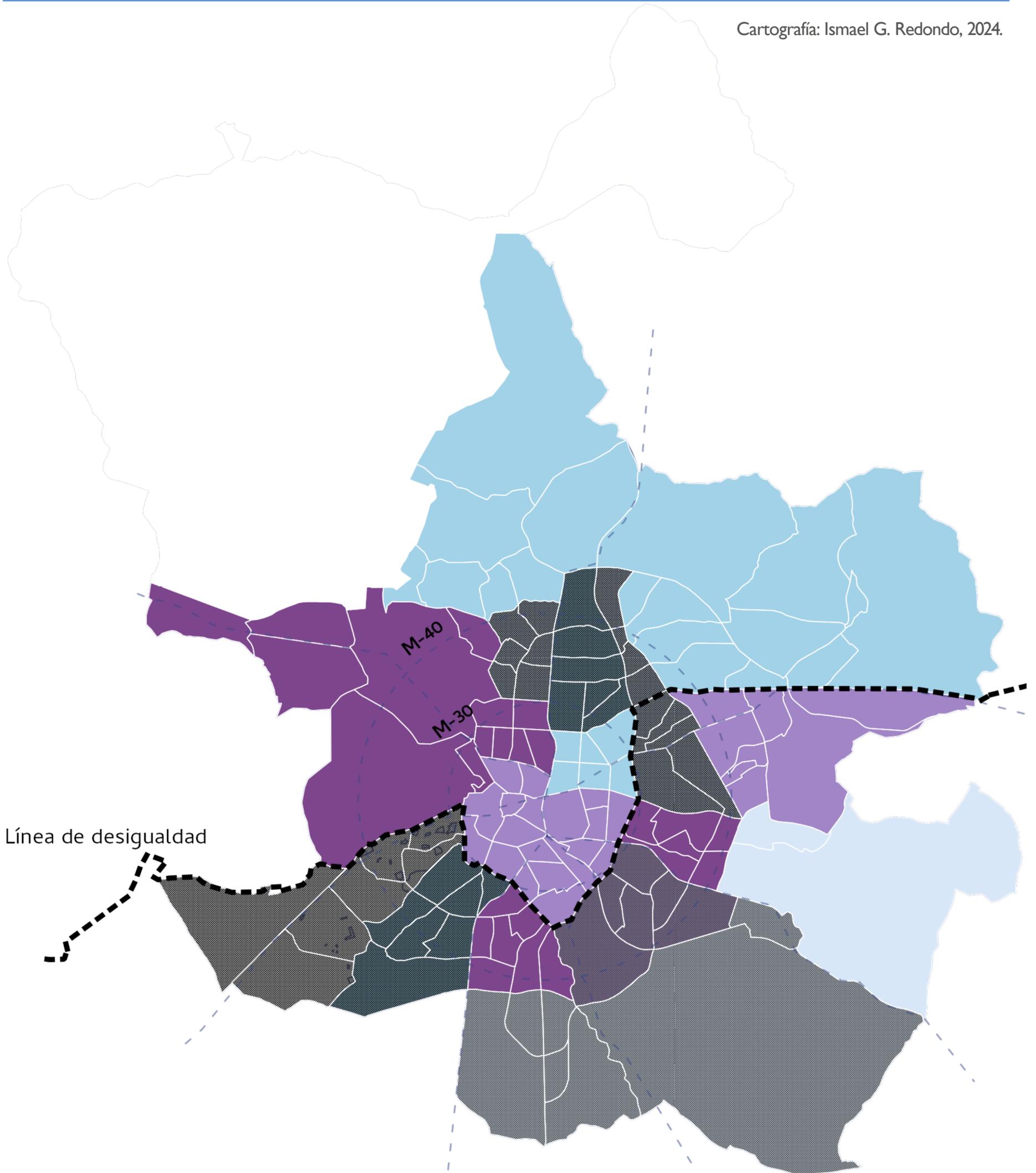


Taxa de natalidade. Cruzamento de dados do Instituto Nacional de Estatística, INE, e do portal de dados abertos da Câmara Municipal de Madrid para 2022.

TAXA DE MORTALIDADE, MADRID, 2022

MORTALITY RATE, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Esperanza de vida y caída durante COVID19

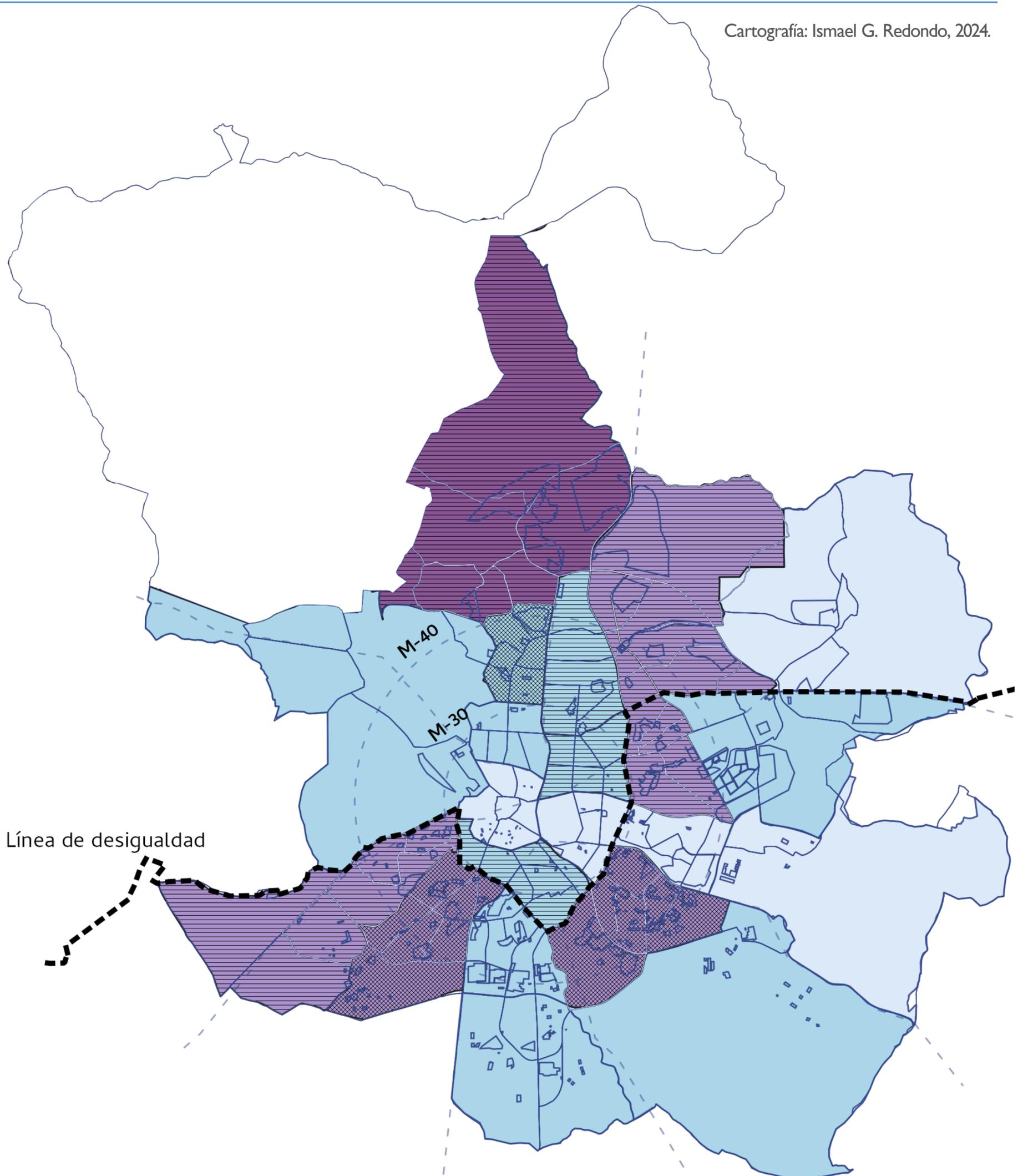


Esperança de vida e taxa líquida de redução durante a Covid, baseada no cruzamento de dados públicos da Câmara Municipal de Madrid, 2022, e, pontualmente, com dados da Gaceta Sanitaria da Sociedade Espanhola de Saúde Pública e Administração Sanitária, 2021.

NASCIMENTO DE ESPANHÓIS VS ESTRANGEIROS, MADRID, 2022

BIRTH OF SPANIARDS VS FOREIGNERS, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Maximos de nacimiento nacionales vs inmigrantes

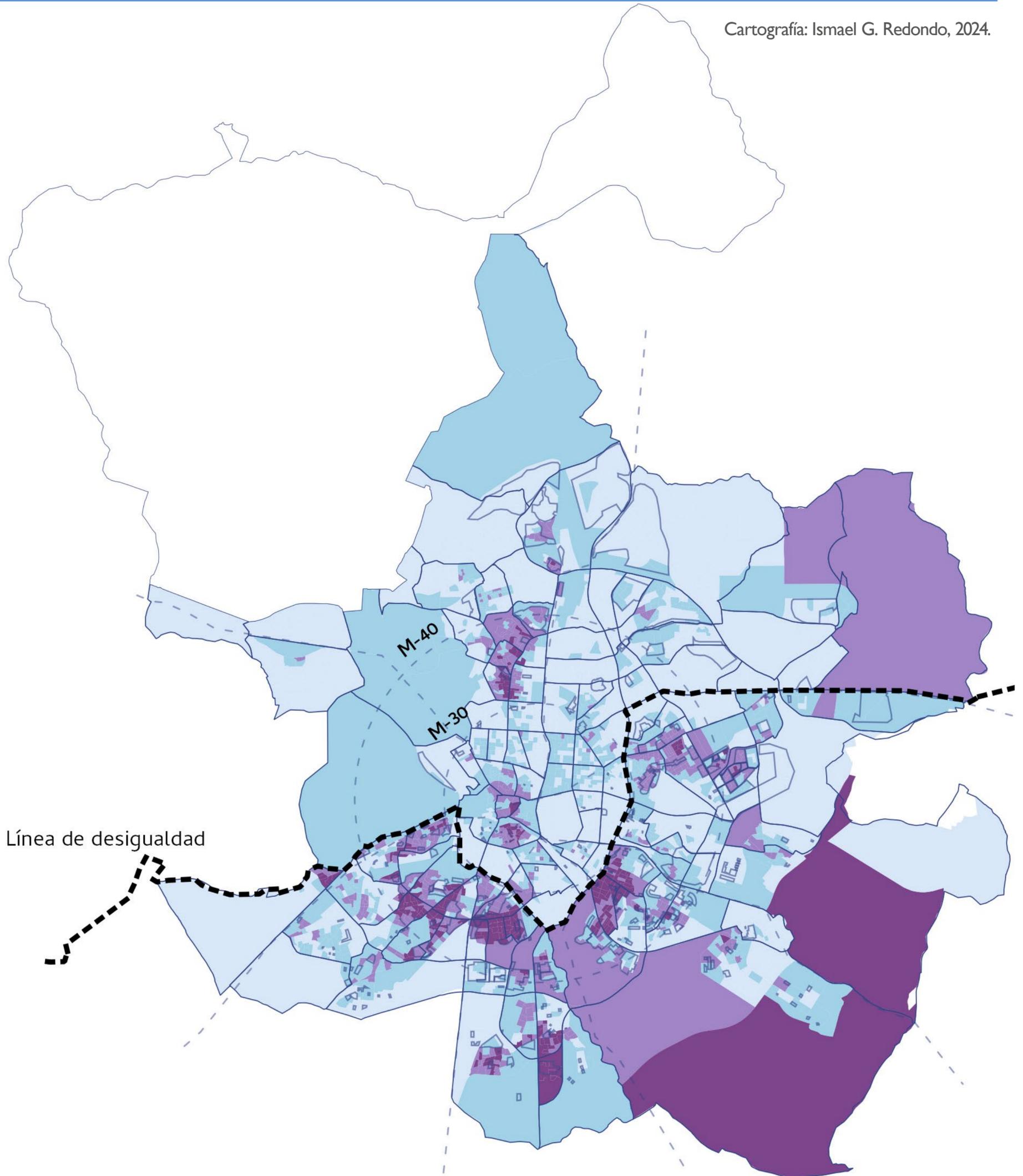
 <541  <2047

Distritos com valores máximos em nascimentos por nacionalidade e origem. Dados públicos do Instituto Nacional de Estatística, INE, 2022; Representação e filtragem de dados.

TAXAS DE IMIGRANTES POR BAIRRO, MADRID, 2022

IMMIGRANT RATES BY NEIGHBOURHOOD, MADRID, 2022

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Tasa de inmigrantes



Taxa de Imigrantes, dados da Taxa Bruta de Imigração, Instituto Nacional de Estatística, INE, 2022; Representação e filtragem de dados.

HORTAS URBANAS COMUNITARIAS DE MADRID, 2023

COMMUNITY URBAN GARDENS OF MADRID, 2023

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.

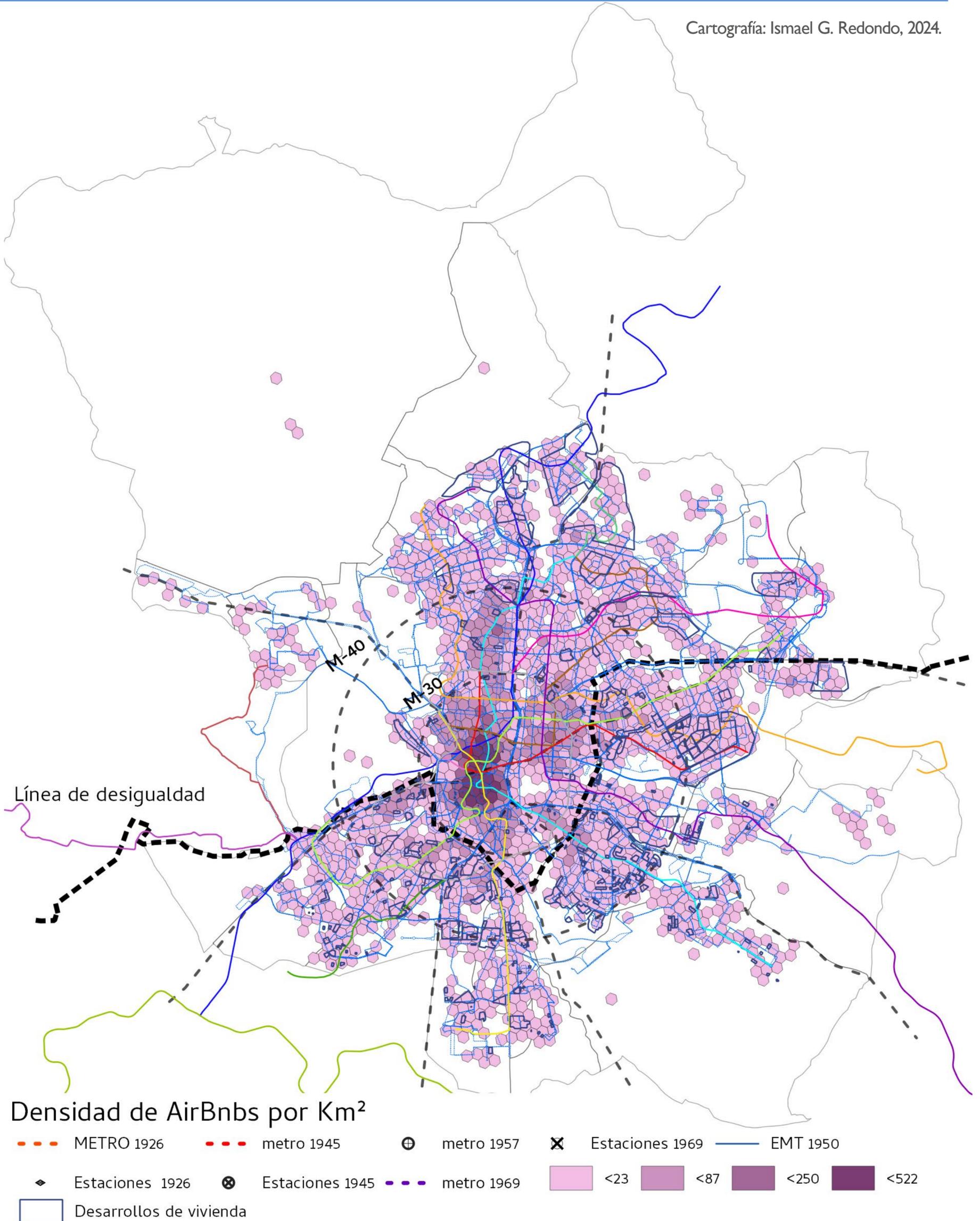


Hortas urbanas registradas. Georreferenciación manual do registo das Hortas Urbanas Comunitárias de Madrid, portal de dados abertos da Câmara Municipal de Madrid, 2023

DENSIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, OFERTA AIRBNB, MADRID, 2023

DENSITY OF TOURIST ACCOMMODATION, AIRBNB OFFER, MADRID, 2023

Cartografía: Ismael G. Redondo, 2024.



Densidade de alojamento turístico oferecido pelo AirBnb, com base em dados da Câmara Municipal de Madrid e da plataforma Inside Airbnb, posterior filtragem e padronização do conjunto de pontos.

8

EXPOSIÇÃO

Justiça Urbana e Políticas Públicas de Habitação em Madrid

Uma revisão da abordagem das capacidades

Referências Bibliográficas

JUSTIÇA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID

Referências bibliográficas

Akcali, Seyda & Arzu Ispalar Cahantimur. 2023. How socio-spatial aspects of urban space influence social sustainability: a case study, *Journal of Housing and the Built Environment*, 38: 2525–2557

Asaad, Moureen, Marwa Khalifa and Ahmed Abd Elrahman. 2020. Bridging the Gap Between Theory and Practice in the Urban Design Process: Towards Multidisciplinary Success Considerations. *ARCHive-SR*, 3.1: 115-135.

Brenner, Neil, Peter Marcuse and Margit Mayer (eds.). 2011. *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. London: Routledge.

Campillo, Antonio. 2019. *Un lugar en el mundo. La justicia espacial y el derecho a la ciudad*. Madrid, Los Libros de la Catarata, 2019

Colom, Francisco. ed. 2016. *Forma y política de lo urbano. La ciudad como espacio, idea y representación*. Bogotá: Planeta

Colom, Francisco; Rivero, Ángel. eds. 2015. *El espacio político. Aproximaciones al giro espacial desde la teoría política*. Barcelona: Anthropos.

Colom-González, Francisco. ed. 2024. *Urban Justice. Debating Spatial Exclusion, Common Goods and the Built Environment*. *Studies in Global Justice*, vol 23. Springer, Cham.

Domínguez, Rafael. 2002. *The wealth of the regions. Las desigualdades económicas de regionales en España: 1700-2000*. Madrid: Alianza.

EAPN. 2023. *State of poverty in the Community of Madrid*. Madrid: Spanish Technical Secretariat of the European Anti-Poverty Network.

Fainstein, Susan S. 2010. *The Just City*. Ithaca: Cornell UP.

Fainstein, Susan S. 2014. *Planificación, Justicia y Ciudad*, *Urban*, 6: 7-20.

FOESA Foundation. 2022. *Report on exclusion and social development in the Community of Madrid*. Madrid: Cáritas.

Gehl, Jan. 2010. *Cities for people*. Washington: Island Press.

Goycoolea-Prado, R., Núñez-Martí, P. 2024. *Urban Justice and Urban Practice: Opportunities and Challenges. Madrid as a Reference*. In: Colom-González, F. (eds) *Urban Justice. Studies in Global Justice*, vol 23. Springer, Cham.

Goycoolea-Prado, Roberto. 2005. *Social Organization and Urban Structure in the Ideal Cities of Plato and Aristotle*. *A Parte Rei*, 40.

Goycoolea-Prado, Roberto; Núñez-Martí, Paz. 2017. *From goal to objective. The new look of [basic] livability in the Sustainable Development Goals*. In *Sustainable Development Goals. Una mirada crítica desde la Universidad y la Cooperación al Desarrollo*, Goycoolea, R.; Megías, M. eds., 131-146. Alcalá de Henares: University of Alcalá Press.

Kimhur, Boram. 2020. *How to Apply the Capability Approach to Housing Policy? Concepts, Theories and Challenges*, *Housing, Theory and Society* 37/3 (2020), 257-277

JUSTIÇA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID

Referências bibliográficas

López-Sala, A. (2019). *You are not getting rid of us. Performing acts of citizenship in times of emigration. Citizenship Studies*, 23, 97-114.

Madrid City Council, 2019. *Madrid City Council allocates 166.3 million euros to rebalance the city this term. Diario de Madrid. March 3.*

Madrid City Council, 2019. *Manuela Carmena: Unjust societies are inefficient. Diario de Madrid. March 18.*

Madrid City Council. 2010. *150th Anniversary of the Preliminary Project of Ensanche de Madrid. Madrid: Área de Gobierno Urbanismo y Vivienda.*

Madrid City Council. 2016. *Territorial Rebalancing Fund. Madrid: Área de Coordinación Territorial y Asociaciones.*

Madrid City Council. 2018. *Metodología para la elaboración del Índice de vulnerabilidad territorial de barrios y distritos de Madrid y Ranking de vulnerabilidad. Madrid: Área de Coordinación Territorial y Cooperación Público Social.*

Madrid City Council. 2022. *EQUALS. Madrid City Council Aggregate Territorial Vulnerability Index. Madrid: Área delegada de Coordinación Territorial Transparencia y Participación Ciudadana*

Madrid City Council. 2023. *Madrid Economía 2023. Análisis Socioeconómico, Madrid: Área de Gobierno de Economía, Innovación y Hacienda.*

March, Hug. 2017. *From the sustainable city to the smart city: critical reflections from Urban Political Ecology, UOC Ciudades.*

Marcuse, Peter. 2009. *Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice, Justice spatiale/Spatial justice, I*

Más Madrid. 2024. *Madrid Ciudad Tensionada. Diagnóstico sobre la situación de la vivienda en Madrid. Madrid: Más Madrid.*

Montgomery, Charles. 2013. *Happy City: transforming our lives through urban design. New York: Farrar, Straus and Giroux.*

Muller, Jerry. 2018. *The Tyranny of Metrics. Princeton: Princeton University Press.*

Nussbaum, Martha and Amartya Sen, eds. 1993. *The Quality of Life. Oxford: Oxford University Press.*

Nussbaum, Martha. 2000. *Women and Human Development: The Capabilities Approach. New York: Cambridge University Press.*

Pontes, Javier. 2020. *La Comunidad de Madrid como paradigma de la desigualdad, Nueva Tribuna. April 18*

Rodríguez, Alba; López, Alejandro; García, Laura; Gutiérrez Redondo, Ismael. 2024. *Potential vacant spaces of centrality in the South zone, an approach towards territorial cohesion in the periphery of Madrid. The International Congress on Proximity Planning (June 26 - 28). Madrid: Universidad Politécnica.*

Rodríguez-Zepeda, J. 2023. *Una teoría de la discriminación, México: Universidad Autónoma Metropolitana.*

JUSTIÇA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MADRID

Referências bibliográficas

Rolnik, Raquel. 2015. *War of Places: The Colonization of Land and Housing in the Financial Era*. São Paulo: Boitempo.

Savage, Saiph. 2020. *Citizens as More Than Sensors, Citizens as Agents for Change*. Companion Proceedings of the Web Conference 2020.

Sen, Amartya. 1985. *Commodities and Capabilities*. Amsterdam: North-Holland.

Sen, Amartya. 2009. *The Idea of Justice*. Cambridge: Harvard University Press

Soja, Edward W. 2010. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: Minnesota University Press.

UN. 2015. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. Department of Economic and Social Affairs.

UN-Habitat. 2003. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003*. London: Earthscan.

UN-Habitat. 2022. *World Habitat Day 2022 in Balıkesir, Türkiye*. Urban October.

Van Leeuwen, Bart. 2022. *What is the Point of Urban Justice? Access to Human Space*, *Acta Política*, 57: 169–190